

Março 2024



RELATÓRIO DE GESTÃO 2023

PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova EM

Parque Industrial da Espinheira, Sala 8
Sazes do Lorvão

NIPC 506963802

Inscrita na Conservatória do Registo Comercial de Penacova sob o nº 1

ORGÃO SOCIAIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente – Álvaro Gil Ferreira Martins Coimbra
Administrador – Magda Alexandra Maia Rodrigues
Administrador – Tiago José Barbosa Antunes

ASSEMBLEIA GERAL

Representante do Município de Penacova – Carlos Manuel Santos Sousa

FISCAL ÚNICO

Sociedade Revisores Oficiais de Contas
- Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados SROC SA

Nos termos e para os efeitos do art. 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, e no cumprimento dos Estatutos da empresa, submete-se à apreciação o Relatório de Gestão e as Contas respeitantes ao exercício de 2023, da sociedade **PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M..**

O presente Relatório apresenta-se em 4 capítulos, depois de uma nota introdutória: 1-Atividade desenvolvida; 2-Análise Económica-Financeira; 3 – Evolução previsível da empresa; 4 – Proposta de aplicação de resultados.

Nota introdutória

2023 ficou marcado, mais uma vez, e por comparação com o exercício anterior, por um significativo aumento da atividade da empresa: instalação e início da atividade do Centro Interpretativo do Mosteiro de Lorvão, relançamento da concessão da cafetaria da Portela de Oliveira, novo contrato de concessão do Restaurante das Piscinas Municipais, novo contrato de concessão do Parque de Campismo de vila

Nova e nova concessão da Serra da Atalhada. Um ano marcado pelo esforço e investimento na melhoria da oferta e dos espaços sob gestão da empresa.

Foi também um ano em que a empresa teve que assumir, a título transitório e excecional, serviços de transporte escolar. Estes serviços de transporte escolar assegurados pela Penaparque2, E.M. foram financiados através de subsídios por via de contrato programa para o efeito celebrado com a entidade participante, o Município de Penacova. Trata-se de uma atividade que foi exercida em 2023 a título meramente transitório, sem repetição no atual exercício de 2024. Atividade que foi neutra em termos de resultados, mas alterou a estrutura das receitas, pressionando para cima a rubrica de subsídios à exploração que, por isso mesmo, em 2023, foi superior a 50% do total das receitas. Situação excecional, que não terá repetição no atual exercício de 2024 nem nos seguintes.

Em termos gerais, quanto a dados de gestão, realçam-se os seguintes aspetos:

O Volume de Negócios em vendas e prestações de serviços foi de €178.355,68 em 2023, o que representa um aumento de € 19 712,9 face a 2022. O volume de negócios é o maior de sempre na empresa, tendo superado largamente o ano pré pandemia: 2019.

Verifica-se em 2023 no valor de € 41 873,55, por comparação com o ano de 2022, o que se deve ao facto da empresa ter assumido serviços de transporte escolar, financiados sob a forma de subsídio à exploração através de contrato programa. De notar que, sem o contrato programa para a gestão de transportes escolares, que representou a transferência para a empresa do montante de 45 324,77 € a título de subsídios à exploração, por parte do Município, esta rubrica de receitas teriam diminuído € 3 451,22 face a 2022, significando isto que sem este contrato programa se cumpriria sem qualquer dificuldade o rácio de subsídios à exploração inferiores a 50% do total das receitas, desde logo tendo em consideração o expressivo aumento das receitas por via das vendas e prestações de serviços.

No que respeita a gastos, face a 2022, os custos com pessoal - tiveram um aumento de € 19 940,13, essencialmente devido à necessidade de reforço com um recurso humano para o Centro Interpretativo do Mosteiro de Lorvão e dos aumentos verificados legislativamente no Salário Mínimo Nacional. Os Fornecimentos e serviços externos tiveram um aumento muito acentuado de € 51 474,76, o que se deveu, na maior monta, ao facto da empresa ter assumido serviços de transporte escolar em 2023, a título excecional e transitório, os quais cumpriu através de serviços externos - aluguer de autocarros, serviços de transporte de carrinhas de nove lugares e vigilância. E também a serviços na melhoria e revitalização de concessões como a Portela de Oliveira e Restaurante da

Piscinas de Penacova e também na gestão do novo Centro Interpretativo do Mosteiro.

Os resultados operacionais e líquidos foram positivos. Representando uma situação inédita em que os resultados são positivos em três exercícios consecutivos, e por isso sem necessidade de subsídios do Município para cobertura de prejuízos.

Em termos económicos e financeiros, os dados apresentados demonstram que a empresa, sem prejuízo da circunstância excecional e transitória de ter assegurado transportes escolares em 2023, com o excecional peso dos subsídios à exploração nas receitas e pressão dos gastos sobre o volume de negócios, precisamente por ser uma situação excecional em 2023, cumpre cabalmente o previsto no nº 1 do art. 62º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais - Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto. Não existindo qualquer risco quanto à continuidade e sustentabilidade da empresa.

1- ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

A **PENAPARQUE 2, E.M.**, teve em 2023 a responsabilidade pela gestão dos seguintes equipamentos/atividades municipais, os quais constituem áreas de atividade para efeitos do presente relatório:

- Parque Industrial da Espinheira e Cantina da Penaparque;
- Estacionamento Público: Parque de Estacionamento Municipal de Penacova;
- Gestão das Zonas de estacionamento público de duração limitada na vila de Penacova;
- Parque de Campismo Municipal de Vila Nova;
- Portela de Oliveira: Museu do Moinho e Cafeteria da Portela de Oliveira;
- Posto de Turismo de Penacova;
- Posto de Turismo da N2;
- Bar do Reconquinho;
- Café Turismo;
- Bar 21;
- Restaurante das Piscinas de Penacova;
- Restaurante Panorâmico;
- Centro Interpretativo do Mosteiro de Lorvão;
- Equipa Espaços Verdes;
- Serviços de transporte escolar;
- Complexo Turístico da Serra da Atalhada

Cada uma destas atividades, respeita às seguintes áreas previstas no objeto social da empresa:

- Área de intervenção da gestão e manutenção de espaços industriais e comerciais;
- Área de intervenção da gestão e manutenção de espaços de estacionamento público;
- Área de intervenção da gestão e manutenção de investimentos turísticos e restauração;
- Gestão e Manutenção de Espaços Verdes e de Lazer;
- Exploração de Transportes Públicos de Passageiros, em meios próprios ou alheios.

Relativamente a cada uma das áreas de atividade, apresentam-se os dados/indicadores de maior relevância e uma demonstração de resultados comparada dos últimos 5 anos.

1.1-Parque Industrial da Espinheira e Cantina Penaparque

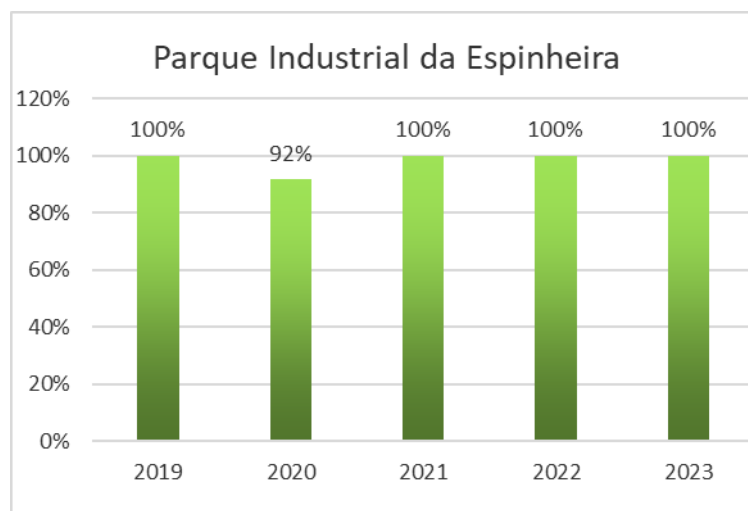
1.1.1. – Parque Industrial da Espinheira.

A taxa de ocupação do Parque Industrial da Espinheira manteve-se em 2023, tal como em 2022, com uma taxa de ocupação de 100%.

À data a PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M. continua com lista de espera para arrendamento dos seus espaços localizados no Parque Industrial da Espinheira, com constante procura e manifestação de interesse por parte de empresas.

Taxa de Ocupação

Gráfico 1



O Gráfico 1 evidencia a manutenção da taxa de ocupação do Parque Industrial para 100%.

Em relação ao edifício administrativo, a taxa de ocupação, em 2023, face a 2022 aumentou, graças à intensa utilização das salas para formação pela APPACDM.

Em termos de resultados, a gestão do Parque Industrial da Espinheira apresenta em 2023 um resultado positivo de € 21 926,49 €. Realçando-se o aumento verificado nos proveitos com rendas de pavilhões e rendas de salas do Ed. Administrativo, face ao ano de 2022.

Nota para a rubrica “outros rendimentos” deste centro de custos, que apresenta o montante de € 4 747,58 € no presente exercício, que diz respeito, essencialmente, a reversão de imparidade, consubstanciada na recuperação de dívida de um cliente. Nota ainda para o facto de serem imputados a este centro de custos os gastos de gestão e administrativos da empresa municipal, designadamente gastos com pessoal afetos a essas funções. Concretamente, em 2023, tal como em 2022, foram imputados 100% dos gastos com gestão financeira e 50% de gastos com coordenação, sendo os restantes 50% destes distribuídos pelos demais centros de custos.

No que respeita às designadas no quadro “outras despesas”, elas englobam eletricidade, ferramentas e utensílios, material de escritório, seguros, conservação e reparação, trabalhos especializados, comunicações, higiene e conforto, etc. Gastos, que no geral, tiveram nova redução face ao ano anterior, apresentando o valor mais baixo dos últimos 5 anos.

Demonstração de resultados comparados

Quadro 1

Pavilhões e Edifício Administrativo	2019	2020	2021	2022	2023
Rendas Pavilhões	54 960,00 €	43 140,00 €	48 300,00 €	51 450,00 €	52 300,00 €
Rendas Salas	5 980,00 €	5 480,00 €	7 402,50 €	7 872,50 €	10 380,00 €
Outros Rendimentos	2 091,71 €	29 158,76 €	4 281,95 €	8 307,63 €	4 747,58 €
Gastos com Pessoal		10 573,15 €	19 566,98 €	31 210,99 €	34 070,34 €
Gastos com Administração	10 901,71 €	9 203,84 €	6 399,61 €	163,62 €	179,94 €
Outras Despesas	17 398,58 €	24 771,99 €	13 737,29 €	12 349,80 €	11 250,81 €
Resultado	34 731,42 €	33 229,78 €	20 280,57 €	23 905,72 €	21 926,49 €

1.1.2. Cantina da Penaparque

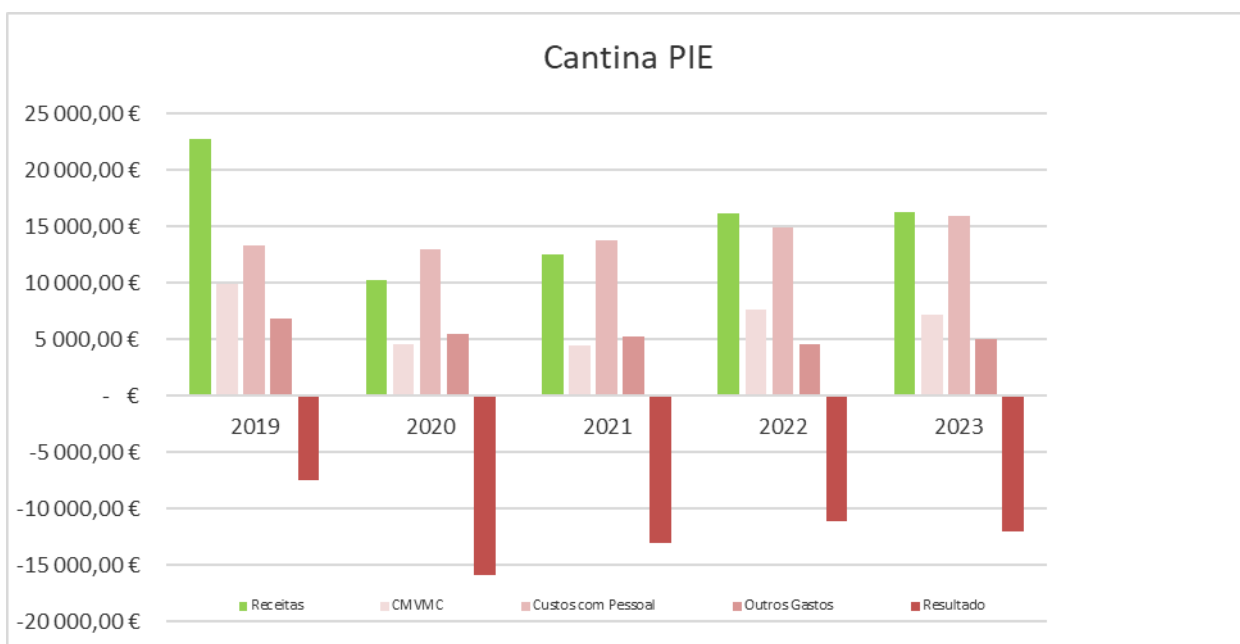
A Cantina da Penaparque, que serve os funcionários das empresas instaladas no Parque Industrial da Espinheira e funcionários do Município, e em geral trabalhadores de empresas localizadas na redondezas, apesar de uma ligeira subida nas vendas relativamente ao ano anterior, continua com receitas significativamente abaixo do período pré pandémico. Apesar do esforço que foi desenvolvido no sentido de divulgar previamente a ementa semanal da cantina junto dos

interessados, há resistência a que os utentes reatem o habito de recurso ao serviço preexistente à pandemia.

O valor das receitas está abaixo do desejável, e verifica-se um aumento dos custos, quer do pessoal (fruto da atualização do SMN) quer de outros gastos (com exceção dos custos com as mercadorias vendidas que tiveram um ligeiro decréscimo). Em face disto o resultado é negativo, tal como em anos anteriores.

Resultados Comparados

Gráfico 2



Demonstração de Resultados comparada

Quadro 2

Cantina PIE	2019	2020	2021	2022	2023
Receitas	22 750,49 €	10 303,80 €	12 534,28 €	16 148,79 €	16 261,68 €
CMVMC	9 925,27 €	4 625,62 €	4 483,76 €	7 680,31 €	7 247,55 €
Custos com Pessoal	13 343,71 €	13 002,45 €	13 743,87 €	14 929,84 €	15 964,72 €
Gastos com Administração	-	2 982,05 €	2 070,71 €	-	-
Outros Gastos	6 907,61 €	5 529,98 €	5 279,11 €	4 622,96 €	5 007,25 €
Resultado	- 7 426,10 €	- 15 836,30 €	- 13 043,17 €	- 11 084,32 €	- 11 957,84 €

1.2-Estacionamento Público

Incumbe à PENAPARQUE 2, E.M. a gestão de áreas de estacionamento público de duração limitada pago na Vila de Penacova e do Parque de Estacionamento Municipal de Penacova. Gestão que inclui as lojas e espaços destinados a comércio e serviços existentes no edifício do referido Parque de Estacionamento.

Em 2023 entrou em "velocidade cruzeiro" a exploração dos parcometros existentes nos Largos São João e São Francisco na Vila de Penacova.

No conjunto desta atividade, não obstante a avaria do sistema de controlo do Parque de Estacionamento Municipal de Penacova, que implicou a não cobrança de taxas de estacionamento neste espaço por cerca de 15 dias úteis, as receitas em taxas de estacionamento cobradas pela Penaparque, no global, foram as melhores de sempre.

1.2.1. Áreas de estacionamento público de duração limitada pago na Vila de Penacova

No que respeita às áreas de estacionamento de duração limitada, em 2022 houve o restabelecimento da cobrança de taxas de estacionamento, em virtude da instalação de novos parcómetros. Em 2023 os novos parcómetros estiveram em pleno funcionamento, ininterruptamente todo o ano, o que se traduziu num aumento das receitas e num resultado positivo de 3 365,35 €.

Demonstração de Resultados Comparada

Quadro 3

Parcómetros	2019	2020	2021	2022	2023
Receitas Parcómetros	2 449,08 €	916,70 €	134,38 €	3 022,55 €	5 501,63 €
Despesas Parcómetros	921,06 €	2 121,96 €	426,88 €	827,20 €	2 136,28 €
Resultado	1 528,02 €	- 1 205,26 €	- 292,50 €	2 195,35 €	3 365,35 €

1.2.2. Parque de Estacionamento Municipal de Penacova

O Parque de Estacionamento Municipal de Penacova apresenta, em 2023, o segundo melhor resultado de sempre, ligeiramente abaixo de 2022, conforme se ilustra no quadro 4 abaixo.

As receitas com cobrança de taxas de estacionamento ficaram ligeiramente abaixo de 2022, em virtude de avarias no sistema de controlo de acesso, que impossibilitaram a cobrança dessas taxas em mais de 15 dias úteis.

Demonstração de Resultados Comparada

Quadro 4

P. Estacionamento	2019	2020	2021	2022	2023
Rendas Lojas	15 320,20 €	12 834,86 €	13 040,71 €	14 400,00 €	14 400,00 €
Parque Estacionamento	12 868,27 €	10 236,88 €	11 166,30 €	13 928,76 €	13 761,81 €
Outros Rendimentos	- €	- €	- €	- €	- €
Gastos com Pessoal	13 413,07 €	13 418,95 €	13 826,23 €	15 213,72 €	16 519,65 €
Gastos com Administração	3 383,48 €	3 175,06 €	2 070,71 €	- €	- €
Outras Despesas	6 781,75 €	7 830,56 €	7 774,92 €	7 451,99 €	6 459,98 €
Resultado	4 610,17 €	- 1 352,83 €	535,15 €	5 663,05 €	5 182,18 €

1.3-Parque de Campismo Municipal

2023 representou o início de uma nova vida para o parque de Campismo Municipal, com a sua concessão a um novo operador, a *CAMPINGCAR-PARK*, que ali está a realizar obras de requalificação e adequação do espaço a uma nova função:

parqueamento dedicado a autocaravanas e vans, com múltiplos serviços. Com integração do parque numa rede europeia com várias centenas de parques.

Depois de muitos anos estagnado e subaproveitado, o parque passará a integrar uma rede europeia de instalações avançadas para autocaravanismo, tirando partido da sua localização privilegiada junto à rota N2.

As receitas do parque em 2023 constituíram-se por rendas recebidas do novo concessionário, e as despesas por gastos com as instalações que contratualmente coube à empresa municipal assegurar.

Demonstração de Resultados Comparada

Quadro 5

Parque Campismo	2019	2020	2021	2022	2023
Receitas	3 357,00 €	2 732,01 €	3 357,00 €	3 357,00 €	2 550,48 €
Despesas	4 623,76 €	1 675,53 €	957,78 €	4 187,38 €	1 009,71 €
Resultado	- 1 266,76 €	1 056,48 €	2 399,22 €	- 830,38 €	1 540,77 €

1.6. Infraestruturas Turísticas

1.6.1. Portela de Oliveira

1.6.1.1. Museu do Moinho

A PENAPARQUE 2, E.M. assegura a gestão e dinamização do Museu do Moinho, sito na Portela de Oliveira, freguesia de Sazes de Lorvão, junto ao conjunto de moinhos vento alí existentes. Museu que, com o moinho Vitorino Nemésio, devidamente recuperado e em funcionamento, constituem um núcleo museológico único no panorama nacional, que ostenta um relevante acervo de peças/utensílios relacionados com os moinhos e permite compreender não só o funcionamento destas estruturas de moagem como toda a cultura e vivências com eles relacionadas.

A gestão deste espaço é feita ao abrigo de Contrato Programa de Gestão de Infraestruturas Turísticas, celebrado com o Município de Penacova, que assegura o financiamento da atividade que não seja coberto pela bilheteira do museu e pelas vendas de material promocional.

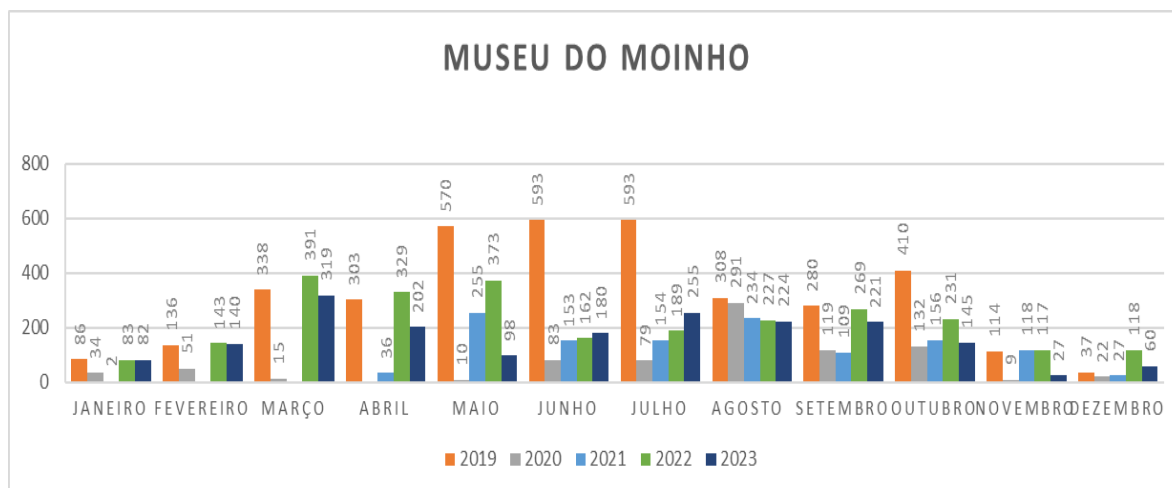
Em 2023, as visitas ao Museu do Moinho diminuíram face a 2022, com menos 679 visitantes. Por outro lado o número de visitantes, sobretudo nos meses de maior fluxo de visitas, está ainda muito longe do período pré-pandemia, como se pode verificar no Gráfico abaixo – Gráfico 3. Com a ressalva de que não foi possível certificar com rigor os dados sobre visitas em 2019 e anos anteriores.

Em termos de resultados financeiros, este centro de custos apresenta um resultado negativo de -18 499,66 €, o que significa um agravamento face a 2022. Este agravamento deve-se sobretudo a uma redução das verbas transferidas pelo Município ao abrigo do contrato programa, em cerca de - 5 411,08€, ao aumento

dos custos com o pessoal (devidos ao aumento legislativo do SMN e afetação mais tempo de pessoal) e ao aumento dos outros gastos (limpeza, serviços especializados, material de escritório), sendo que, no caso, releva especialmente o facto de ter sido substituída vidraça que partiu.

Evolução no número de visitantes

Gráfico 3



Demonstração de Resultados Comparada

Quadro 6

Museu do Moinho	2019	2020	2021	2022	2023
Entradas Museu do Moinho	2 388,56 €	1 051,81 €	1 517,51 €	2 576,52 €	1 891,18 €
Bolsa IEFP		3 789,78 €	1 910,95 €	- €	- €
Contrato Programa Infra. Turis.	20 465,92 €	20 628,37 €	25 386,21 €	12 634,23 €	7 223,15 €
Vendas de Merchandising	1 083,63 €	220,50 €	489,15 €	842,94 €	767,08 €
CMVMC	482,07 €	95,43 €	304,58 €	523,47 €	499,58 €
Gastos com Pessoal	20 474,46 €	22 029,02 €	21 575,63 €	20 556,73 €	26 035,95 €
Gastos com Administração		2 982,07 €	2 070,72 €	- €	- €
Outros Gastos	5 125,95 €	3 818,96 €	1 296,79 €	16,76 €	1 845,54 €
Resultado	- 2 144,37 €	- 3 235,02 €	4 056,10 €	- 5 043,27 €	- 18 499,66 €

1.6.1.2. Cafeteria do Moinho

A cafeteria do moinho, que integra o complexo da Portela de Oliveira e cuja gestão está atribuída a esta Empresa Municipal, foi concessionada e reabriu no ano de 2023, depois de um longo período abandonada. Sendo que, nos termos das condições da concessão, não há lugar a pagamento de rendas pelo concessionário nos primeiros 4 anos (até fevereiro de 2027), por contrapartida de todas as despesas de requalificação, reparação e adaptação interiores do espaço serem suportadas por aquele.

Os trabalhos de reparação e conservação exteriores são da responsabilidade desta empresa municipal, razão pela qual o resultado é negativo - conforme quadro

abaixo –, uma vez que a empresa não auferiu rendas no ano e suportou gastos, que nos termos contratuais são sua obrigação suportar.

Demonstração de Resultados Comparada

Quadro 7

Bar Cafeteria Portela de Oliveira	2019	2020	2021	2022	2023
Renda	600,00 €	600,00 €	450,00 €	- €	- €
Gastos					2 377,20 €
Resultado	600,00 €	600,00 €	450,00 €	- €	- 2 377,20 €

1.6.2. Mosteiro de Lorvão

Em 2019, a Penaparque 2, EM assumiu, através de contrato programa celebrado com o Município de Penacova, a responsabilidade pela gestão e dinamização das visitas ao Mosteiro de Lorvão, o qual passou a vigorar em janeiro de 2020. A Penaparque 2 passou a assegurar o serviço de guia e apoio aos visitantes neste monumento nacional, que é um dos maiores mosteiros portugueses, que encerra valiosíssimos tesouros artísticos e culturais.

Em julho de 2023 entrou em funcionamento o Centro Interpretativo do Mosteiro de Lorvão, cuja gestão está a cargo desta empresa municipal.

A entrada em funcionamento do Centro Interpretativo alterou completamente o conceito de visita turística ao Mosteiro de Lorvão, com novo circuito de visita, um espaço museológico de excelência, espaço dedicado à receção dos visitantes e loja para venda de material de divulgação do Mosteiro e do património cultural do concelho. O que trouxe novas exigências, desde logo reforço dos recursos humanos afetos.

A entrada em funcionamento (em julho) do Centro Interpretativo, resultou num aumento geral de visitas ao Mosteiro face aos anos anteriores. Registaram-se 6724 visitas (pagas e não pagas). As visitas pagas foram 4388, que comparam com as 3493 registadas em 2022. De realçar que, como forma de divulgar e promover o novo Centro Interpretativo, não foram cobradas entradas nos primeiros 6 domingos posteriores à inauguração, nos meses de julho e agosto de 2023.

Em termos financeiros, a atividade teve um resultado negativo em -2 311,77 €, devido, por um lado ao aumento dos gastos, e por outro lado à redução da verba transferida pelo Município ao abrigo do contrato programa, a qual foi inferior em 5 123,89€ relativamente a 2022. Isto apesar do aumento muito significativo de receitas em entradas e vendas de lembranças. As vendas de lembranças aumentaram de forma exponencial – de 173,00€ em 2022 para 4 312,65 € em 2023.

Foram ajustados os gastos em recursos humanos afetos a este centro de custos, em consonância com a necessidade e exigência da entrada em funcionamento do

Centro interpretativo. Os outros gastos (limpeza, eletricidade, segurança) também aumentaram pelas mesmas razões.

Evolução do número de visitantes

Gráfico 4

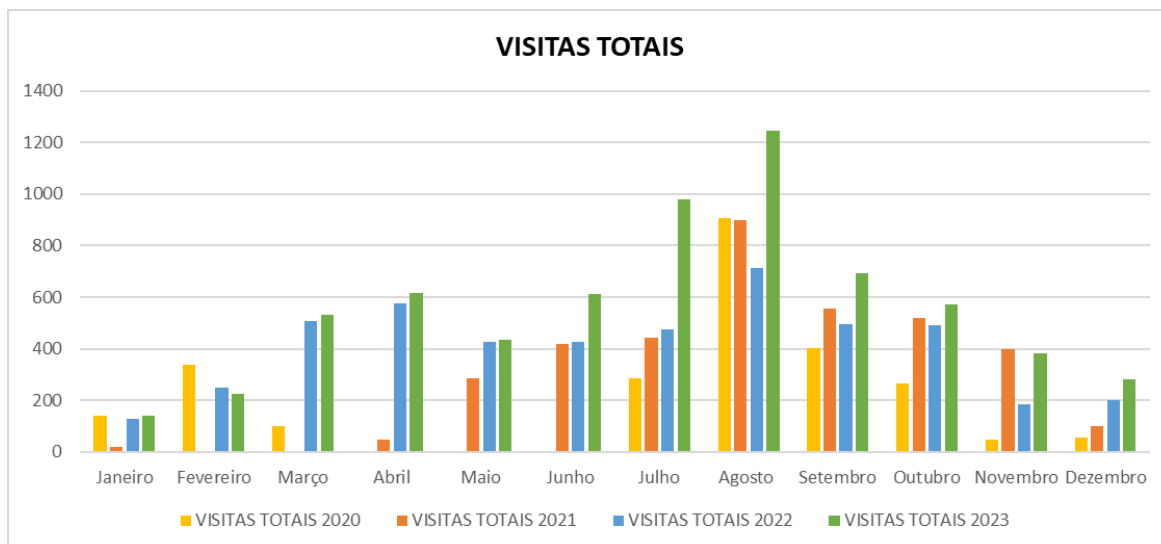
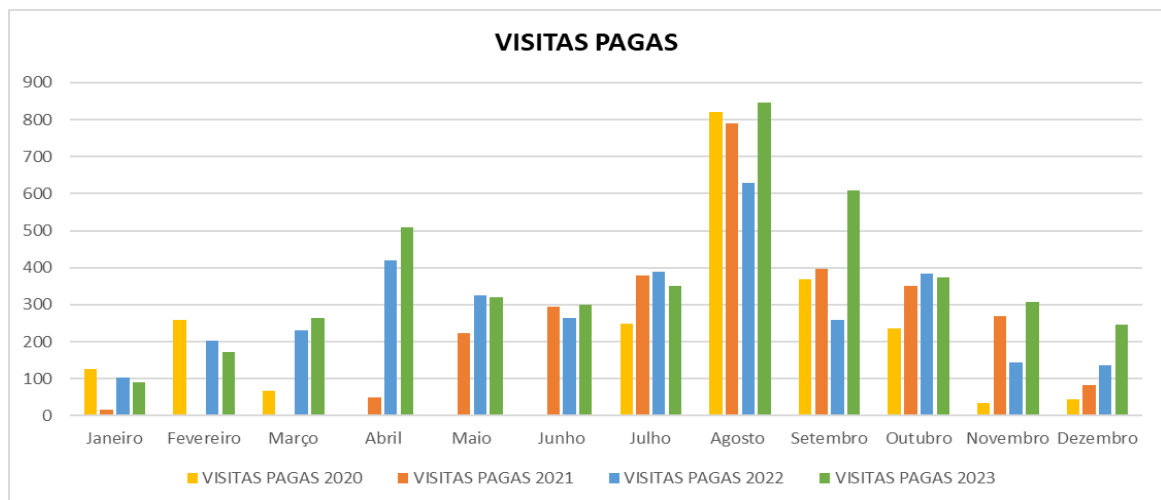


Gráfico 5



Demonstração de Resultados Comparada

Quadro 7

Mosteiro de Lorvão	2019	2020	2021	2022	2023
Entradas Mosteiro	- €	5 279,57 €	6 709,11 €	8 109,36 €	13 248,26 €
Bolsa IEFP	- €	- €	- €	- €	- €
Contrato Programa Mosteiro de lorvão	- €	13 974,84 €	17 788,79 €	22 385,07 €	17 261,18 €
Vendas de Merchandising	- €	35,57 €	52,66 €	173,00 €	4 312,65 €
Outros Rendimentos	- €	- €	- €	- €	1 537,43 €
CMVMC	- €	26,20 €	40,75 €	111,25 €	2 337,20 €
Gastos com Pessoal	- €	14 943,44 €	14 757,50 €	28 552,37 €	30 726,65 €
Gastos com Administração	- €	2 982,05 €	2 070,71 €	- €	- €
Outros Gastos	- €	2 781,35 €	1 361,05 €	5 070,64 €	5 607,44 €
Resultado	- €	- 1 443,06 €	6 320,55 €	- 3 066,83 €	- 2 311,77 €

Nota: A atividade da empresa relativa ao Mosteiro de Lorvão teve início em 2020.

1.6.3. Posto de Turismo de Penacova

Ao abrigo do Contrato Programa para a gestão de Infra-Estruturas Turísticas, a empresa tem a responsabilidade pela gestão do Posto de Turismo de Penacova, onde é feito o atendimento a visitantes, promovendo e dando informação sobre os pontos de interesse turístico, eventos e oferta concelhia em animação turística, alojamento e restauração.

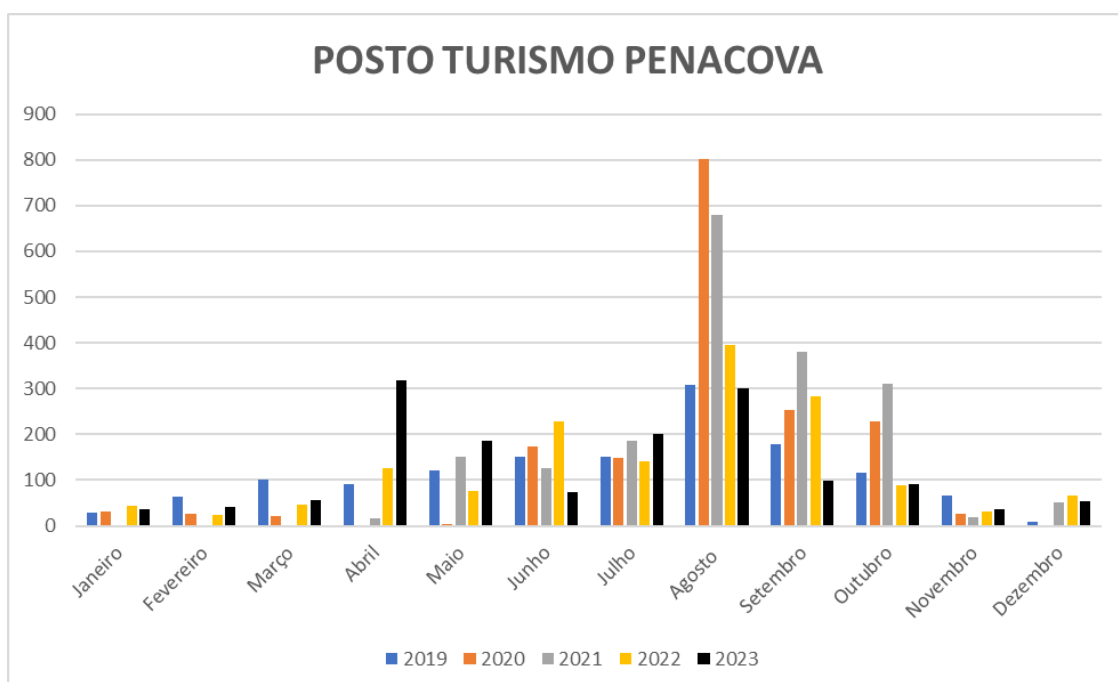
Em 2023 registou-se uma diminuição do número de turísticas que procuraram o Posto de Turismo, por comparação com 2022. Trata-se de uma tendência, fruto da cada vez maior propensão para a utilização de ferramentas digitais pelos visitantes, em detrimento do atendimento físico.

De sublinhar também que o facto de, em 2022, ter entrado em funcionamento o Posto de Turismo N2, situado na Estrada Nacional 2 junto à ponte de Penacova. Este novo espaço de atendimento a turistas veio substituir muita da procura até aqui existente no Posto de Turismo da Vila de Penacova.

Em termos financeiros, o resultado foi negativo em 2023, no valor de -14 840,56 €. Um agravamento face ao ano anterior, em virtude, essencialmente, de uma redução do financiamento proveniente do contrato programa celebrado com o Município, que passou de € 12634,22 em 2022 para € 7223,12 em 2023 e ao aumento dos gastos com pessoal, motivados pelo aumento do SMN.

Evolução do número de atendimentos

Gráfico 6



Demonstração de resultados comparada

Quadro 8

Posto de Turismo	2019	2020	2021	2022	2023
Vendas de Merchandising	140,48	126,46	390,62	379,33	641,94
Outros Rendimentos	0	0	0	0	773,19
CMVMC			296,86	234,59	210,09
Contrato Programa Infraestruturas Turísticas	20465,89	20628,37	25386,19	12634,22	7223,12
IEFP	0,5	0	0	0	0
Gastos com Pessoal	20474,44	16674,55	18703,77	20556,7	22440,68
Gastos com Administração		2965,15	2070,72	0	0
Outros Gastos	4415,43	1071,4	744,68	-284,78	828,04
Resultado	- 4 283,00 €	43,73 €	3 960,78 €	- 7 492,96 €	- 14 840,56 €

1.6.4. Posto de Turismo EN2

Desde janeiro de 2022, a empresa tem a responsabilidade pela gestão do Posto de Turismo da Estrada Nacional 2, ao abrigo do Contrato Programa para Gestão de Infraestruturas Turísticas.

Neste posto de turismo é feito o atendimento a visitantes, sobretudo os transeuntes da "Rota N2" que atravessa o nosso concelho, promovendo e dando informação sobre os pontos de interesse turístico, eventos e oferta concelhia em animação turística, alojamento e restauração.

O Posto de Turismo entrou em funcionamento no final de fevereiro de 2022, e tem sido promovido a dinamizado como a porta de entrada no Concelho de Penacova para todos aqueles que cruzam a Nacional 2. Designadamente, são vendidos bilhetes para o Mosteiro de Lorvão e para o Museu do Moinho.

2023 foi o segundo ano de funcionamento desta infraestrutura de apoio ao turismo, tendo sido atendidas neste ano, um total de 3250 turistas ou visitantes.

O resultado financeiro respeitante à gestão desta infraestrutura, foi negativo em - 18 641,92 €, o que representa um agravamento face ao ano anterior. Devido essencialmente à redução da verba transferida pelo Município ao abrigo do contrato programa, que passou de 12 634,17 € em 2022 para 7 223,14 € em 2023. Aliado ao aumento dos gastos com pessoal, não só porque foi necessário ajustar, relativamente ao ano anterior, a imputação de pessoal que efetivamente presta serviço neste posto, como também ser verificou um aumento dos vencimentos por via do aumento do SMN. E também ao aumento dos outros gastos, de -114,14 € em 2022 para 1 401,89 € em 2023 (prestação de serviços de atendimento, amortizações, limpeza, comunicações, etc...).

Relevo para o valor das vendas de lembranças, que mais uma vez subiram neste posto, dos 1 129,21 € em 2022, para 1 926,03 € em 2023.

Demonstração de resultados comparada

Quadro 9

Posto de Turismo EN2	2019	2020	2021	2022	2023
Vendas de Merchandising	- €	- €	- €	1 129,21 €	1 926,03 €
Contrato Programa Infra. Turis.	- €	- €	- €	12 634,17 €	7 223,14 €
Outros Rendimentos	- €	- €	- €	- €	0,50 €
CMVMC	- €	- €	- €	790,81 €	1 558,75 €
Gastos com Pessoal	- €	- €	- €	20 648,23 €	24 830,95 €
Gastos com Administração	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Gastos	- €	- €	- €	114,14 €	1 401,89 €
Resultado	- €	- €	- €	- 7 561,52 €	- 18 641,92 €

1.7. – Infraestruturas de Restauração e de Bebidas: Café Turismo, Restaurante Piscinas de Penacova, Restaurante Panorâmico e Snck-bar do Reconquinho

Através de contrato programa celebrado com o Município de Penacova, foi atribuída à Penaparque a gestão do espaço Café Turismo, Restaurante Piscinas de Penacova, Snck-bar do Reconquinho e Restaurante Panorâmico.

Em 31 de dezembro de 2023, todos estes estabelecimentos se encontravam em plena exploração.

Todos estes espaços de restauração e bebidas têm a respetiva exploração concessionada a privados, sendo proveitos da empresa as rendas provenientes de cada um dos contratos de concessão e gastos as intervenções que nos termos contratuais hajam de ser feitas pela Penaparque, designadamente na reparação e manutenção dos espaços.

No ano de 2023, a empresa logrou obter resultado positivo em praticamente todas estas concessões. A exceção foi o Restaurante Piscinas de Penacova, em virtude da cessação do contrato com o anterior concessionário e contratualização com novo concessionário, cuja preparação implicou algumas intervenções de adaptação e beneficiação do espaço, por um lado. Por outro lado, nos termos do caderno de encargos e do contrato, no primeiro ano de concessão o concessionário beneficiou de uma renda bonificada de 150,00€ por mês. No entanto, importa sublinhar que a nova concessão representou um incremento notável no movimento deste espaço de restauração. O qual está hoje em pleno funcionamento, o que já não acontecia há vários anos.

Demonstrações de Resultados comparada, por concessão:

Quadro 10

Café Turismo	2019	2020	2021	2022	2023
Renda	6 600,00 €	5 790,02 €	6 960,00 €	6 960,00 €	6 960,00 €
Gastos	5 888,24 €	2 527,13 €	1 469,58 €	480,11 €	- €
Resultado	711,76 €	3 262,89 €	5 490,42 €	6 479,89 €	6 960,00 €

Quadro 11

Restaurante Bar Piscinas	2019	2020	2021	2022	2023
Renda	4 500,00 €	27,68 €	1 800,00 €	3 600,00 €	1 800,00 €
Gastos	808,96 €	2 917,91 €	1 695,72 €	719,00 €	4 147,01 €
Resultado	3 691,04 €	- 2 890,23 €	104,28 €	2 881,00 €	- 2 347,01 €

Quadro 12

Restaurante Panorâmico	2019	2020	2021	2022	2023
Renda	€ 3 300,00	€ 3 046,35	€ 900,00	€ 1 650,00	€ 4 860,00
Gastos		€ 250,00	€ 183,67	€ 857,75	€ 380,00
Resultado	€ 3 300,00	€ 2 796,35	€ 716,33	€ 792,25	€ 4 480,00

Quadro 13

Reconquinho	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Receitas	3 114,58 €	3 000,00 €	4 900,00 €	4 995,72 €	4 854,99 €	5 200,00 €
Despesas	1 687,87 €	433,67 €	2 621,40 €	672,62 €	672,64 €	743,19 €
Resultado	1 426,71 €	2 566,33 €	2 278,60 €	4 323,10 €	4 182,35 €	4 456,81 €

1.8. Bar 21

A PENAPARQUE 2, E.M. tem atribuída a gestão do "Bar 21", situado na área de repouso junto ao IP3, nó de Penacova. Tal como acontece relativamente a todos os espaços de restauração e bebidas sob a sua gestão, a exploração deste estabelecimento encontra-se concessionada a um privado.

Em termos de resultados, eles constituem-se, do lado dos proveitos, pelas rendas pagas pelo concessionário, e do lado dos gastos, pelas intervenções que contratualmente são da responsabilidade desta Empresa Municipal.

No ano de 2023 não teve lugar qualquer intervenção da empresa nesta concessão, que originasse gastos.

Demonstração de resultados comparada

Quadro 13

Bar 21	2019	2020	2021	2022	2023
Receitas	14 897,95 €	9 071,21 €	9 073,81 €	12 213,47 €	17 768,50 €
Gastos	56,64 €	326,33 €	- €	- €	- €
Resultado	14 841,31 €	8 744,88 €	9 073,81 €	12 213,47 €	17 768,50 €

1.9. Gestão de espaços verdes e de lazer

Em 01 de janeiro de 2022 a empresa, ao abrigo de contrato programa com o Município de Penacova, assumiu a manutenção e limpeza de espaços verdes, designadamente os trilhos de natureza e percursos pedestres, Jardim do Mosteiro de Lorvão e espaços exteriores/ajardinados das Escolas do concelho, através de equipa de operacionais constituída para o efeito (doravante designada por Equipa Espaços Verdes).

Assumir esta missão implicou para a empresa uma grande alteração em termos de estrutura:

Passou a incorporar mais 6 recursos humanos, elevando praticamente para o dobro o efetivo de pessoal da empresa.

Passou a atuar na exigente tarefa de manter os espaços ajardinados das escolas, todos os percursos de trilhos de natureza e pedestres do concelho, jardim do Mosteiro de Lorvão, espaço de lazer da Portela de Oliveira e exterior do Parque Industrial da Espinheira, devidamente limpos e tratados. A que se junta a limpeza mensal do espaço da feira da Espinheira.

Depois do ano de 2022, que foi um ano de instalação e aprendizagem, em 2023 foi possível cumprir de forma mais satisfatória os objetivos desta equipa e deste novo serviço da empresa. não obstante a existência, ainda, de constrangimentos que têm que ser ultrapassados.

Em 2023 o contrato programa cobriu todos os gastos desta atividade, o que se traduziu num resultado financeiro positivo, por contraponto com o que havia sucedido no ano anterior. Para o resultado positivo contribuiu também uma diminuição do valor dos gastos, quer com recursos humanos quer com outros gastos, como seja a conservação de equipamentos e prestações de serviços de terceiros.

Demonstração de resultados comparada

Quadro 14

Gestão de Espaços Verdes	2019	2020	2021	2022	2023
Serviços Prestados	- €	- €	- €	5 629,35 €	3 162,10 €
Contrato Programa Gestão de Espaços Verdes	- €	- €	- €	83 411,31 €	101 317,19 €
Gastos com Pessoal	- €	- €	- €	89 074,35 €	88 860,13 €
Gastos com Administração	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Gastos	- €	- €	- €	13 812,83 €	8 674,43 €
Resultado	- €	- €	- €	13 846,52 €	6 944,73 €

Nota: Esta atividade iniciou-se a 01 de janeiro de 2022.

1.10. Transportes escolares

Em 2023 a empresa foi chamada a assumir, a título transitório e excepcional, serviços de transporte escolar em circuitos que o Município colocou no mercado de operadores privados e não mereceram interesse e procura da parte destes, e que por isso careceram de uma resposta interna, para que se assegurassem transportes escolares em todos os circuitos e para todos os alunos do sistema de ensino concelhio. Foi uma atividade exercida em 2023 a título meramente transitório, sem repetição no atual exercício de 2024 ou seguintes.

Atividade que foi neutra em termos de resultados, uma vez que, como não teria continuidade no exercício seguinte, todas as despesas foram cobertas no ano pelas verbas do contrato programa, limitando-se a transferência dessas verbas à cobertura dessas despesas por forma que o saldo fosse zero.

A operação foi financiada praticamente na totalidade pelo contrato programa e foi assegurada com recurso a vários prestadores de serviços externos de aluguer de autocarros, com e sem motorista, carrinha de 9 lugares e motorista.

Demonstração de Resultados comparativa

Quadro 15

Transportes Escolares	2019	2020	2021	2022	2023
Serviços Prestados					350,00 €
Contrato Programa Transportes					45 324,77 €
Gastos					45 674,77 €
Resultado	- €	- €	- €	- €	- €

1.11 Complexo Turístico da Serra da Atalhada

Por deliberação dos órgãos Municipais do Município de Penacova, foi afeta à Penaparque a gestão do Complexo Turístico da Serra da Atalhada. Espaço turístico de enorme interesse patrimonial e paisagístico, com as infraestruturas abandonadas e em degradação desde 2013.

Tendo em conta a necessidade urgente de pôr cobro à degradação deste património e de o aproveitar e valorizar, enquanto espaço turístico diferenciador e com alto potencial de atratividade para o território, foi decidida a concessão da sua exploração a privados, em condições que propiciam a sua recuperação e reabilitação por parte desses privados. Foi neste sentido que se lançou em 2023 concurso para a concessão deste espaço singular, pressupondo, em termos genéricos, investimentos de requalificação e reabilitação por parte do concedente privado, contra a carência do pagamento de rendas durante o período de 5 anos.

Em 2023 deu-se a contratualização da nova concessão, aguardando-se que ao longo de 2024 se realizem obras de reabilitação e se inicie, ainda que parcialmente, a exploração do espaço.

Esta atividade não teve qualquer expressão financeira em 2023.

2 – ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

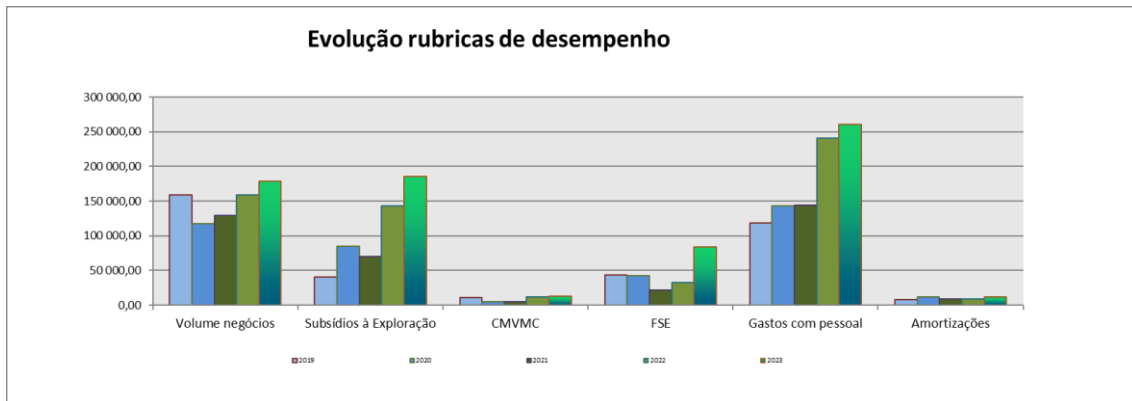
2.1-Desempenho financeiro

Na senda do art. 66º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se neste capítulo o desempenho e a posição financeira da empresa.

Relativamente ao desempenho global da empresa é apresentada a análise da evolução das principais rubricas da demonstração de resultados desde o período de 2019 ao período de 2023.

Evolução das rúbricas de desempenho

Gráfico 7



Através da análise sintética do Gráfico 7, verificamos que O Volume de Negócios em vendas e prestações de serviços foi de €178.355,68 em 2023, o que representa um aumento de € 19 712,9 face a 2022. O volume de negócios é o maior de sempre na empresa, tendo superado largamente o ano pré pandemia: 2019.

Verifica-se em 2023 um aumento muito significativo na rubrica Subsídios à Exploração, no valor de € 41 873,55, por comparação com o ano de 2022, o que se deve ao facto da empresa ter assumido serviços de transporte escolar, financiados sob a forma de subsídio à exploração através de contrato programa, como acima ficou dito.

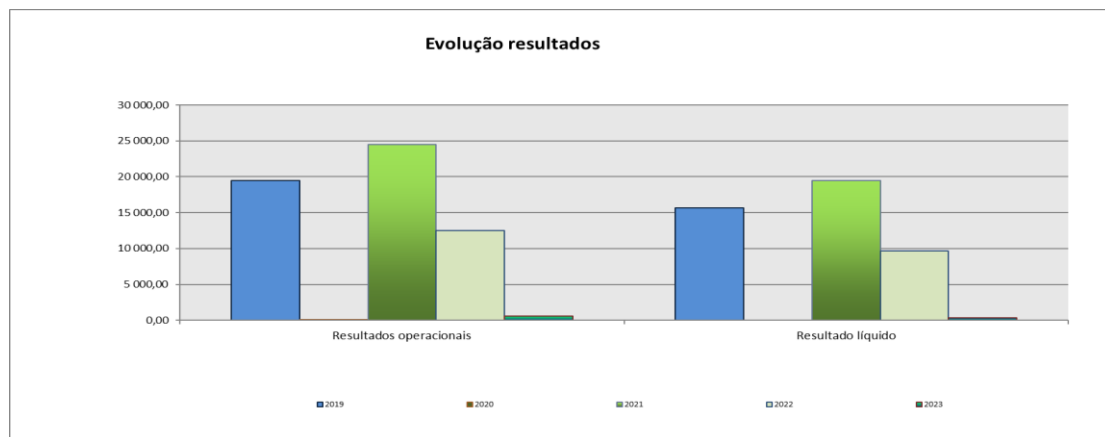
De notar que, sem o contrato programa para a gestão de transportes escolares, que representou a transferência para a empresa do montante de 45 324,77 € a título de subsídios à exploração do Município para a empresa, esta rúbrica de receitas teriam diminuído € 3 451,22 face a 2022, significando isto que sem este contrato programa se cumpriria sem qualquer dificuldade o rácio de subsídios à exploração inferiores a 50% do total das receitas, desde logo tendo em consideração o expressivo aumento das receitas por via das vendas e prestações de serviços.

No que respeita a gastos, face a 2022, os custos com pessoal tiveram um aumento de € 19 940,13, essencialmente devido à necessidade de reforço da equipa com um recurso humano para o Centro Interpretativo do Mosteiro de Lorvão e dos aumentos verificados legislativamente no Salário Mínimo Nacional. Os Fornecimentos e serviços externos tiveram um aumento muito acentuado de € 51 474,76, o que se deveu, na esmagadora maior fatia, ao facto da empresa ter assumido serviços de transportes escolares em 2023, a titulo excepcional e transitório, os quais cumpriu através de serviços externos - aluguer de autocarros,

serviços de transporte de carrinhas de nove lugares e vigilância. E também devido a serviços a que a empresa teve que recorrer para a melhoria e revitalização de concessões como a Portela de Oliveira e Restaurante da Piscinas de Penacova e também na gestão do novo Centro Interpretativo do Mosteiro.

Evolução de Resultados

Gráfico 8



As variações nas diferentes rubricas refletem-se nos resultados operacionais e líquidos, sendo que em 2023 os resultados foram positivos. O que configura uma situação inédita, em que os resultados são positivos em três exercícios consecutivos (2021, 2022 e 2023), sem a existência de subsídios do Município para cobertura de prejuízos.

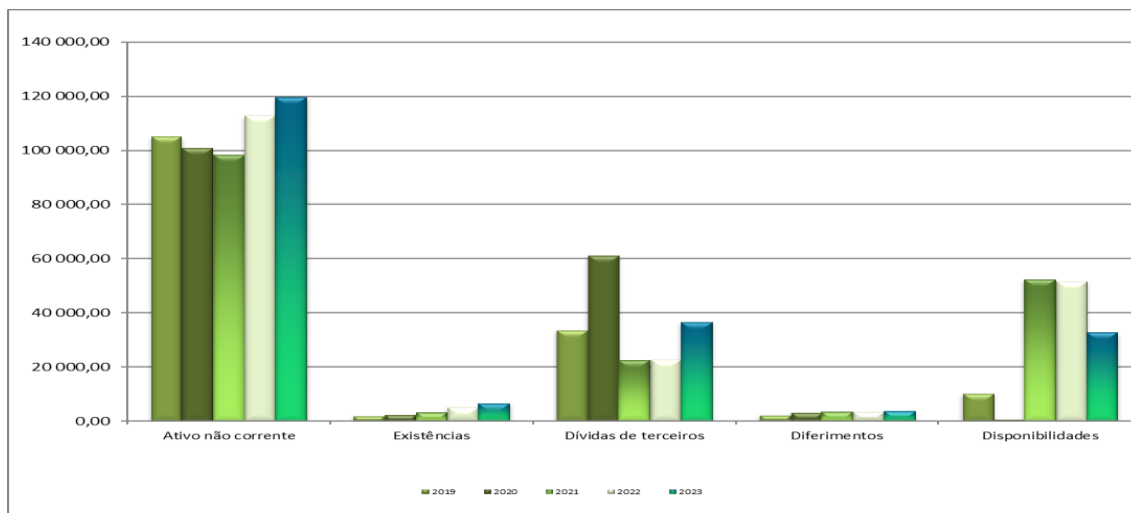
Este facto é tanto mais de assinalar, quanto é certo que a empresa assumiu novas funções e serviços, aumentou a sua atividade e a sua estrutura. Investiu no lançamento de novos serviços, ou melhoria dos existentes: Cafeteria da Portela de Oliveira, Centro interpretativo do Mosteiro de Lorvão, Restaurante das Piscinas Municipais. No caso do Centro Interpretativo do Mosteiro de Lorvão, investiu como ação de promoção e lançamento, em promover visitas gratuitas em todos os domingos de julho e agosto após a abertura.

2.2 - Posição financeira

Neste capítulo é apresentada aquela que tem sido a evolução da estrutura financeira da **PENAPARQUE 2, E.M.** ao longo dos cinco últimos anos.

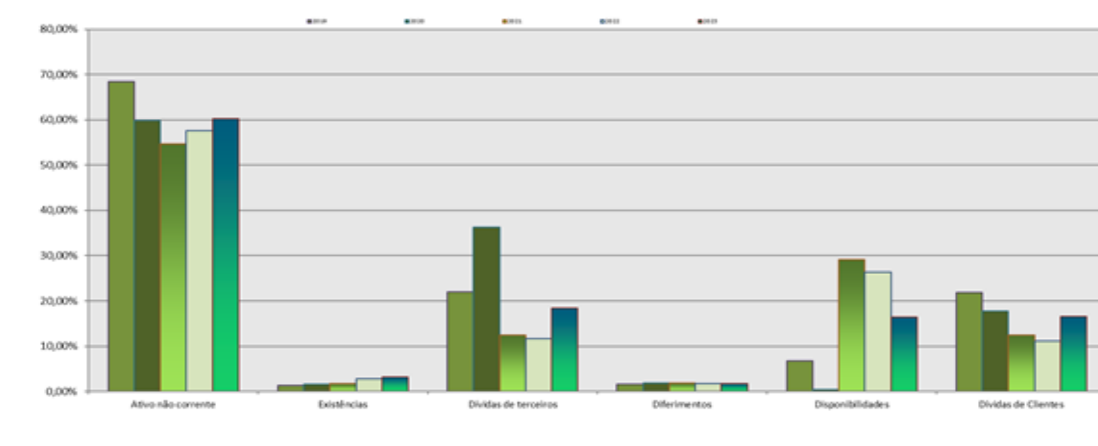
Evolução da Estrutura Financeira

Gráfico 9



Pela análise do Gráfico 9, verificamos que a rubrica do imobilizado teve um aumento, em virtude de investimentos efetuados, por oposição a rubrica Disponibilidades teve uma redução. As dívidas de terceiros tiveram também um aumento.

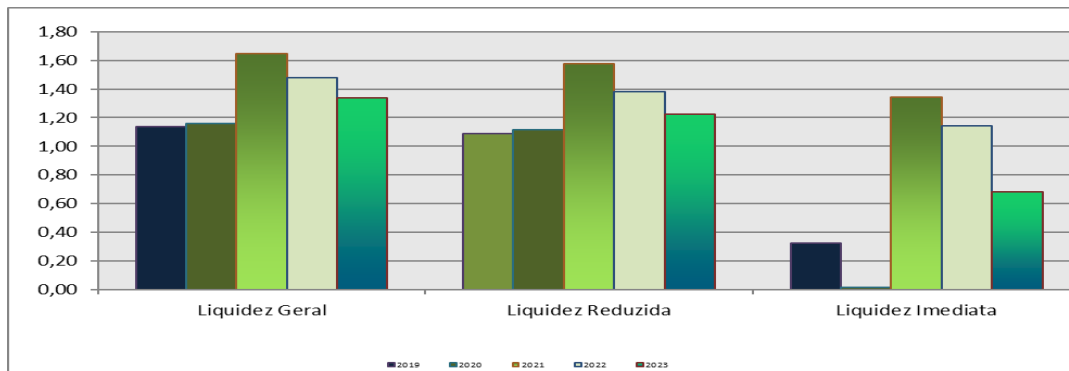
Gráfico 10



Se efetuarmos uma análise ao peso relativo que cada uma das rubricas tem no Ativo Líquido, verificamos que o imobilizado aumentou ligeiramente o seu peso

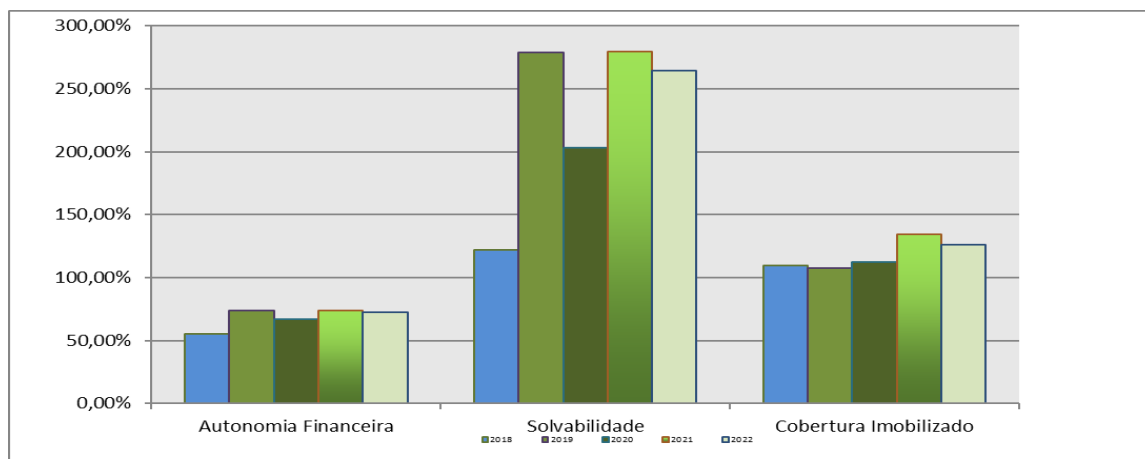
relativo em 2023, assim como as dívidas de terceiros, que também tiveram um aumento no seu peso relativo ao total do Ativo.

Gráfico 11



Relativamente aos indicadores de equilíbrio financeiro e de liquidez a empresa apresenta no final de 2023 indicadores na sua generalidade estáveis ou com variações sem impacto em relação ao ano anterior. Estes dados podem ser interpretados pela análise dos **Gráfico 11** (indicadores de liquidez) e **Gráfico 12** (indicadores de estrutura financeira).

Gráfico 12



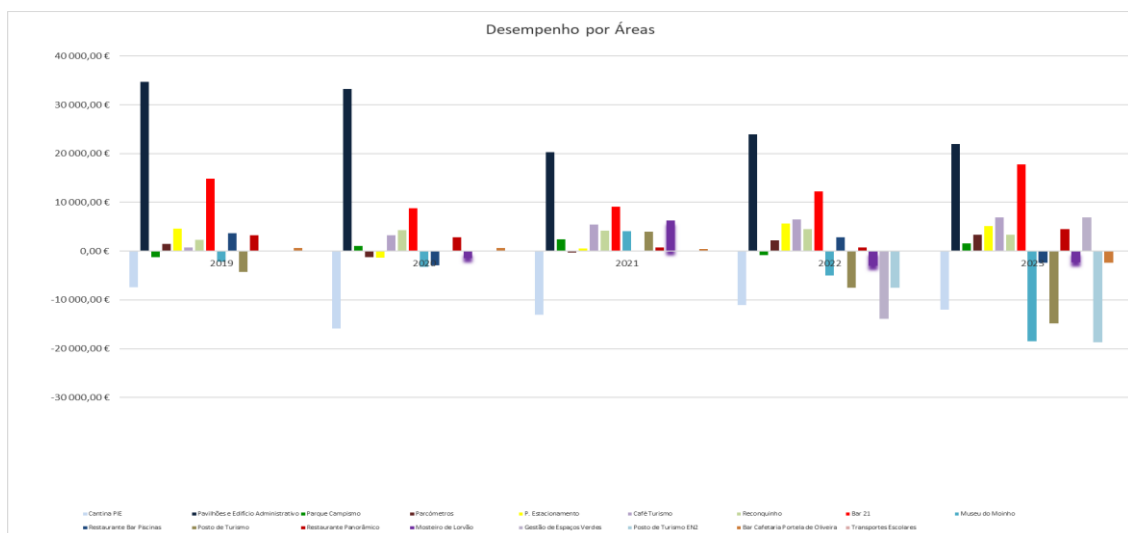
2.3 – O desempenho financeiro por áreas de negócio

No âmbito das responsabilidades de gestão confiadas à empresa, apresenta-se o contributo de cada um dos centros/áreas para o resultado global. Tal como apresentado no presente relatório, são os seguintes:

- 1) Parque Industrial da Espinheira;
- 2) Cantina da Penaparque;
- 3) Parque de Campismo Municipal;

- 4) Estacionamento duração limitada – Parcometros;
- 5) Parque de Estacionamento;
- 6) Café Turismo;
- 7) Snack-Bar do Reconquinho;
- 8) Bar 21;
- 9) Museu do Moinho;
- 10) Restaurante Bar Piscinas de Penacova;
- 11) Posto de Turismo de Penacova;
- 12) Posto de Turismo EN2;
- 13) Restaurante Panorâmico;
- 14) Mosteiro de Lorvão;
- 15) Gestão e Manutenção de Espaços Verdes;
- 16) Bar/cafetaria da Portela de Oliveira.

Gráfico 13



Do gráfico 13 extrai-se que, em 2023, tal como em 2022, todos os centros/áreas financiados através de contratos programa, relacionados com oferta turística ou apoio aos visitantes, apresentaram prejuízos, em virtude das transferências de subsídios através desses contratos não terem sido suficientes para cobrir os custos e não haver outras receitas capazes de os compensar: Museu do Moinho, Mosteiro de Lorvão, Posto de Turismo de Penacova, Posto de Turismo N2.

A Gestão e Manutenção de Espaços Verdes teve resultado positivo, precisamente porque aumentou a transferência de verbas por parte do Município ao abrigo do respetivo contrato programa.

Tiveram também resultado negativo, pelas razões atrás apontadas, a cantina, o Restaurante das Piscinas Municipais de Penacova e o Bar/ cafetaria da Portela de Oliveira..

Todas as restantes áreas de negócio tiveram resultado positivo.

3- EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA EMPRESA

Em 2023, à data da redação deste Relatório, há assinaláveis riscos no horizonte, relacionados com a ameaça de eclosão de novos conflitos, designadamente no médio oriente, a juntar à guerra na Ucrânia, o que necessariamente gerará instabilidade internacional com impactos económicos imprevisíveis, mas necessariamente negativos. O que impactará a economia portuguesa, enquanto pequena economia aberta.

Por outro lado, a empresa, apesar de ter deixado a impactante tarefa de gestão de transportes escolares, com a libertação do riscos associados a essa atividade, assumiu o novo desafio da gestão da concessão do Complexo Turístico da Serra da Atalhada, o que não deixa de ser também uma nova exigência de esforço a ter em consideração

Em todo o caso, o cenário incerto que temos “em cima da mesa”, implica abordar com ainda mais exigência a gestão, imprimindo rigor e cuidado no cumprimento de todos os pressupostos que asseguram a continuidade da empresa com solidez e credibilidade, tal como até aqui.

Posto isto, para 2024 pretende-se:

- a)** Ter todos os espaços sob gestão da empresa em plena exploração e em crescimento;
- b)** Continuar a investir no Parque Industrial da Espinheira, melhorando a limpeza e arranjos exteriores, investindo na imagem e sinalética do espaço.
- c)** Melhorar a rúbrica de Dívidas de Clientes e diminuir o prazo médio de recebimento.
- d)** Cumprir o Plano de Atividades e contas previsionais para 2024.
- e)** Consolidar a área de gestão de Espaços Verdes, aumentando a eficiência e eficácia da atividade.

Como principal fator de risco para 2024, salienta-se a elevada incerteza e riscos económicos e financeiros associados à eminente ainda maior instabilidade internacional, com a perda de poder de compra de particulares e empresas, pode reduzir os negócios dos clientes/arrendatários e concessionários, que pode fazer

retroceder a atividade turística e o número de visitas assim como criar dificuldades no cumprimento das obrigações por parte de concessionários e arrendatários. Incertezas e riscos que fazem perigar a expectativa de resultados positivos em 2024.

4- PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício seja aplicado da seguinte forma:

Reserva Legal (10% do resultado) – €36,06 (trinta e seis euros e seis cêntimos).

Outras reservas - €324,59 (trezentos e vinte e quatro euros e cinquenta e nove cêntimos).

Junto:

Demonstrações financeiras e respetivo anexo.

Relatório de Boas Práticas de Governo Societário.

Espinheira, 29 de março de 2024

A Administração,

Empresa PENAPARQUE 2, E.M.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais

Para o período findo em 31 de dezembro de 2023

Índice

Demonstrações financeiras individuais para o período findo em 31 de dezembro de 2023

<u>BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</u>	3
<u>DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</u>	4
<u>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</u>	5
<u>DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</u>	6
<u>DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</u>	7
<u>ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</u>	8
1. <u>Identificação da entidade</u>	8
2. <u>Referencial contábilístico de preparação das demonstrações financeiras</u>	8
3. <u>Principais políticas contábilísticas</u>	9
4. <u>Fluxos de caixa</u>	15
5. <u>Ativos fixos tangíveis</u>	15
6. <u>Investimentos Financeiros</u>	17
7. <u>Inventários</u>	17
8. <u>Réditos</u>	18
9. <u>Contabilização dos subsídios do Estado e Outros Entes Públicos e divulgação de apoios do Estado e Outros Entes Públicos</u>	19
10. <u>Acontecimentos após a data do balanço</u>	20
11. <u>Instrumentos Financeiros</u>	20
12. <u>Outras informações</u>	21

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

PENAPARQUE2 - GESTÃO E PROM. EQUIP. MUNIC. PENACOVA, E.M._506.963.802

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2023

Valor em Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31/12/2023	31/12/2022
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	117 231,20	109 989,64
Outros Investimentos Financeiros	6	2 424,39	2 650,77
		119 655,59	112 640,41
Activo corrente			
Inventários	7	6 436,70	5 342,18
Clientes	12	33 022,89	21 771,52
Estado e outros entes públicos	12	2 204,82	923,71
Outros créditos a receber	12	1 294,36	1,60
Diferimentos	12	3 548,23	3 487,15
Caixa e depósitos bancários	4	32 607,37	51 497,48
		79 114,37	83 023,64
Total do ACTIVO		198 769,96	195 664,05
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	11	50 000,00	50 000,00
Reservas legais	11	11 249,11	10 282,94
Outras reservas	11	80 726,12	78 376,03
Resultados transitados	11	0,00	(6 345,44)
Resultado líquido do período	11	360,65	9 661,70
Total do Capital Próprio		142 335,88	141 975,23
PASSIVO			
Passivo não corrente			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	12	5 464,97	4 774,97
Estado e outros entes públicos	12	7 341,50	5 506,68
Outras dívidas a pagar	12	35 039,88	34 829,77
Diferimentos	12	8 587,73	8 577,40
Total do Passivo		56 434,08	53 688,82
Total do Capital Próprio e do Passivo		198 769,96	195 664,05

Espinheira, 29 de março de 2024

A Administração

O Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

PENAPARQUE2 - GESTÃO E PROM EQUIP MUNIC PENACOVA, E.M._506.963.802

Demonstração de Resultados Individuais

Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023

Valores em euros

RENDIMENTOS E GASTOS		Notas	Períodos	
			31/12/2023	31/12/2022
Vendas e serviços prestados	+	8	178 355,68	158 642,78
Subsídios à exploração	+	9	185 572,55	143 699,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	7	(12 637,52)	(11 637,49)
Fornecimentos e serviços externos	-	12	(83 976,54)	(32 501,78)
Gastos com pessoal	-	12	(260 694,19)	(240 754,06)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	12	4 400,00	6 400,00
Outros rendimentos	+	12	2 346,36	1 907,63
Outros gastos	-	12	(1 245,87)	(4 278,00)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		12 120,47	21 478,08
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	5	(11 567,92)	(8 972,09)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		552,55	12 505,99
Resultado antes de impostos	=		552,55	12 505,99
Imposto sobre rendimento do período	-/+	12	(191,90)	(2 844,29)
Resultado líquido do período	=		360,65	9 661,70

Espinheira, 29 de março de 2024

A Administração

O Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

PENAPARQUE2 - GESTÃO E PROM EQUIP MUNIC PENACOVA, E.M._506.963.802

Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2023

Valores Euros

RUBRICAS			Notas	Períodos	
				31/12/2023	31/12/2022
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u>					
Recebimentos de clientes	+	12	192 281,60	182 467,00	
Pagamentos a fornecedores	-	12	(96 316,19)	(48 469,81)	
Pagamentos ao pessoal	-	12	(184 442,96)	(159 337,37)	
Caixa gerada pelas operações	+/-		(88 477,55)	(25 340,18)	
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	12	(7 846,70)	(8 866,40)	
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	12	98 397,81	61 202,28	
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1)	+/-	2 073,56	26 995,70	
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>					
Pagamentos respeitantes a:					
Activos fixos tangíveis	-	5	(20 963,67)	(27 825,07)	
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2)	+/-	(20 963,67)	(27 825,07)	
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>					
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)		0,00	0,00	
Variação de caixa e seus equivalentes			(1)+(2)+(3)		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	4	51 497,48	52 326,85	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-		32 607,37	51 497,48	

Espinheira, 29 de março de 2024

A Administração

O Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

PENAPARQUE2 - GESTÃO E PROM EQUIP MUNIC PENACOVA, E.M._506.963.802

Demonstração das alterações no capital próprio no período 2022

(Valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajust. em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	1	50 000,00	0,00	0,00	0,00	10 282,94	78 376,03	-25 847,96	0,00	0,00	0,00	19 502,52	132 313,53
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		19 502,52							-19 502,52				0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19 502,52	0,00	0,00	0,00	-19 502,52	0,00
RESULTADO INTEGRAL	3												9 661,70
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	4=2+3												-9 840,82
	5												0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020	6=1+2+3+5	50 000,00	0,00	0,00	0,00	10 282,94	78 376,03	-6 345,44	0,00	0,00	0,00	9 661,70	141 975,23

(1) - O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de Euros

Espinheira, 29 de março de 2024

A Administração

O Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

PENAPARQUE2 - GESTÃO E PROM EQUIP MUNIC PENACOVA, E.M._506.963.802

Demonstração das alterações no capital próprio no período 2023

(Valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Total do Capital Próprio	
		Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajust. em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	6	50 000,00	0,00	0,00	0,00	10 282,94	78 376,03	-6 345,44	0,00	0,00	0,00	9 661,70	141 975,23	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						966,17	2 350,09	6 345,44				0,00	-9 661,70	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7	0,00	0,00	0,00	0,00	966,17	2 350,09	6 345,44	0,00	0,00	0,00	-9 661,70	0,00	
RESULTADO INTEGRAL	8												360,65	360,65
OUTRAS OPERAÇÕES	9=7+8												-9 301,05	360,65
	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	11=7+8+10	50 000,00	0,00	0,00	0,00	11 249,11	80 726,12	0,00	0,00	0,00	0,00	360,65	142 335,88	

Espinheira, 29 de março de 2024

A Administração

O Contabilista Certificado

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

1 - Identificação da entidade

A entidade Penaparque 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M. é uma entidade municipal, com sede no Parque Industrial da Espinheira, sala 8, em como atividade a gestão dos seguintes equipamentos/atividades municipais:

Parque Industrial da Espinheira, Pavilhões, Escritórios, Cozinha de formação e respetivos serviços de apoio da Cantina, Bar);

Estacionamento público na vila de Penacova (Parcómetros);

Parque Municipal de Campismo;

Parque de Estacionamento da Rua da Eirinha;

Museu do Moinho (Portela de Oliveira);

Posto de Turismo de Penacova;

Bar do Reconquinho;

Cafetaria da Portela de Oliveira;

Café Turismo;

Bar 21;

Restaurante Piscinas;

Restaurante Panorâmico;

Mosteiro de Lorvão;

Posto de Turismo EN2;

Gestão de Espaços Verdes e de Lazer;

Gestão de parte dos Transportes escolares.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- * Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (*Sistema de Normalização Contabilística*), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 agosto;
- * Portaria n.º 986/2009, de 7 de dezembro (*Modelos de Demonstrações Financeiras*);
- * Aviso n.º 15652/2009, 7 de setembro (*Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro*);
- * Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro (*Código de Contas*).

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do

desempenho da empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou situações em que a Empresa se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1º da Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em euros.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas

No período abrangido pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até aquela data, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo significativo relativamente ao custo total

do item é depreciado separadamente, sendo definida a vida útil e o método de depreciação.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registados na demonstração dos resultados como “*Outros rendimentos e gastos*” ou “*Outros ganhos e perdas*”.

b) Inventários

As mercadorias encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior utiliza-se o custo médio como fórmula de custeio. Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda, ou, ainda, do valor recuperável pelo uso da conversão dos produtos acabados cuja cotação no mercado tenha sido reduzida, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos períodos em que as necessidades de ajustamentos são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

A reversão de perdas por imparidades reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como “*Imparidade de inventários (perdas/reversões)*”. Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

c) Custo de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

d) Instrumentos financeiros

**** Dívidas de terceiros***

As dívidas de terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidades, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como a informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a empresa tenha em curso ação judicial com

vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que as integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ao parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura de perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

*** *Empréstimos***

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no ativo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

*** *Dívidas a terceiros***

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

*** *Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio***

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

*** *Caixa e depósitos bancários***

Os montantes incluídos na rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

e) Regime de acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do *acrécimo*. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas

“*Outras contas a receber e a pagar*” ou “*Diferimentos*”.

f) Rédito

O rédito relativo à prestação de serviços, juros, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos

liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da prestação de serviços apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com o grau geralmente associado com a posse ou controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

g) Efeitos de alterações em taxas de câmbio

As transações em moeda estrangeira encontram-se registadas na moeda funcional (Euro) utilizando as taxas de câmbio à data da sua realização para as converter. Aquando da liquidação dos itens monetários ou à data do balanço, se ocorrer antes, são utilizadas as taxas de câmbio nessa data para reavaliar a quantia em aberto, sendo as diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, apuradas em relação ao valor inicialmente registado e reconhecidas como ganhos ou perdas do período em que a liquidação ou reavaliação ocorre. No entanto, se o valor inicial tiver sido registado em períodos anteriores, a diferença de câmbio é apurada por reporte ao valor transposto pelo uso da taxa de fecho à data do último balanço.

Os itens não monetários mensurados pelo custo histórico, designadamente inventários, os ativos fixos tangíveis e os intangíveis, mantêm-se expressos, à data de cada balanço, pelas taxas à data da transação e os mensurados pelo justo valor pelas taxas à data da fixação desse valor.

As diferenças de câmbio positivas relativas à atividade de financiamento são relevadas na demonstração dos resultados como *“Juros e rendimentos similares obtidos”*, enquanto as negativas são reveladas na rubrica *“Juros e gastos similares suportados”*. As demais diferenças de câmbio, emergentes de atividades operacionais ou de investimento, integram as rubricas *“Outros rendimentos e ganhos”* e *“Outros gastos e perdas”*, nos casos de serem positivas e negativas, respetivamente.

h) Imposto sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento são reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito de contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas “CIRC”, a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa de 21%. Adicionalmente, nas situações previstas no artigo 88º do CIRC, há ainda lugar a uma tributação autónoma, as taxas variam entre 5% e 70% e, incidem, exclusivamente, sobre os encargos aí previstos.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica *“Imposto sobre o rendimento do*

período". No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

Os efeitos tributários dos ajustamentos de transição decorrentes da sucessão dos normativos contabilísticos encontram-se regulados pelo artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159 / 2009, de 13 de Julho, onde se determina que esses ajustamentos concorrem para a formação do lucro tributável num período de 5 anos, em partes iguais, com início em 2010.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporários entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributáveis, com exceção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem, quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em empreendimentos conjuntos e associados, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

i) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago

durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

j) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (*“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”*) são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (*“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”*), quando materialmente relevantes, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica *“Caixa e seus equivalentes”* os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamentos de dividendos.

3.3 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, a Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relacionadas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com

princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.5 Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa e as informações disponíveis face acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras empresas do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4 - Fluxos de caixa

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Meios Financeiros Líquidos	2023	2022
Caixa	1.435,48 €	1.893,99 €
Depósitos à ordem		
CCAM_Penacova	31.171,89 €	49.603,49 €
Total caixa e depósitos bancários	32.607,37 €	51.497,48 €

5 - Ativos fixos tangíveis

5.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

a) Bases de mensuração:

Os ativos fixos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo de custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

b) Método de depreciação usado:

A Empresa deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método de linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

i) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

2022						
Ativos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso em Propriedade Alheia	Total
Quantia escriturada bruta						
Saldo Inicial	75.703,23 €	63.628,04 €	31.866,12 €	24.284,28 €	62.192,75 €	257.674,42 €
Adições	7.659,09 €	9.842,00 €	1.290,44 €	3.882,47 €	- €	22.674,00 €
Retiradas_Abates	-	23.610,26 €	-	-	-	23.610,26 €
Saldo Final	83.362,32 €	49.859,78 €	33.156,56 €	28.166,75 €	62.192,75 €	256.738,16 €
Depreciações acumuladas						
Saldo Inicial	- 54.456,23 €	- 58.246,19 €	- 29.595,21 €	- 18.589,97 €	- €	- 160.887,60 €
Adições	- 3.774,07 €	- 1.538,80 €	- 1.112,55 €	- 2.546,67 €	- €	- 8.972,09 €
Retiradas_Abates	- €	23.111,17 €	-	-	-	23.111,17 €
Saldo Final	- 58.230,30 €	- 36.673,82 €	- 30.707,76 €	- 21.136,64 €	- €	- 146.748,52 €
Quantia escriturada	25.132,02 €	13.185,96 €	2.448,80 €	7.030,11 €	62.192,75 €	109.989,64 €

2023						
Ativos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso em Propriedade Alheia	Total
Quantia escriturada bruta						
Saldo Inicial	83.362,32 €	49.859,78 €	33.156,56 €	28.166,75 €	62.192,75 €	256.738,16 €
Adições	5.535,00 €	3.888,00 €	370,00 €	9.866,48 €	-	19.659,48 €
Retiradas_Abates	-	850,00 €	-	-	-	850,00 €
Saldo Final	88.897,32 €	52.897,78 €	33.526,56 €	38.033,23 €	62.192,75 €	275.547,64 €
Depreciações acumuladas						
Saldo Inicial	- 58.230,30 €	- 36.673,82 €	- 30.707,76 €	- 21.136,64 €	- €	- 146.748,52 €
Adições	- 4.614,49 €	- 3.345,36 €	- 740,87 €	- 2.867,20 €	- €	- 11.567,92 €
Saldo Final	- 62.844,79 €	- 40.019,18 €	- 31.448,63 €	- 24.003,84 €	- €	- 158.316,44 €
Quantia escriturada	26.052,53 €	12.878,60 €	2.077,93 €	14.029,39 €	62.192,75 €	117.231,20 €

5.1.1 Depreciações, reconhecidas nos resultados durante o período:

Depreciações do período	2023	2022
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	4.614,49 €	3.774,07 €
Equipamento básico	3.345,36 €	1.538,80 €
Equipamento administrativo	740,87 €	1.112,55 €
Outros ativos fixos tangíveis	2.867,20 €	2.546,67 €
Total	11.567,92 €	8.972,09 €

5.1.2 Depreciação acumulada no final do período:

Depreciações acumuladas	2023	2022
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	62.844,79 €	58.230,30 €
Equipamento básico	40.019,18 €	36.673,82 €
Equipamento administrativo	31.448,63 €	30.707,76 €
Outros ativos fixos tangíveis	24.003,84 €	21.136,64 €
Total	158.316,44 €	146.748,52 €

5.2 Investimentos em Curso:

Investimentos em curso	2023	2022	Total
Quantia escriturada bruta			
Saldo Inicial	62.192,75 €	62.192,75 €	62.192,75 €
Obras no Lote C21 Parque Industrial Alagoa			
Saldo Final	62.192,75 €	62.192,75 €	62.192,75 €

6 - Investimentos financeiros

Esta rubrica inclui as entregas mensais efetuadas para o Fundo de Compensação do Trabalho que são reconhecidas como um ativo financeiro da entidade.

Fundos de Compensação	2023	2022
Quantia escriturada bruta		
Saldo Inicial	2.650,77 €	1.559,16 €
Adições:	339,30 €	1.091,61 €
Reembolsos:	- 565,68 €	- €
Saldo Final	2.424,39 €	2.650,77 €

7 - Inventários

7.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes.

Inventários	2023	2022
Mercadorias	5.753,59 €	4.570,90 €
Museu do Moinho	614,42	785,20
Posto de Turismo	3.548,10	3.087,97
Mosteiro de Lorvão	1.302,65	133,95
PT EN2	288,42	563,78
Matérias Primas	683,11 €	771,28 €
PIE_Cantina	683,11	771,28
Total	6.436,70 €	5.342,18 €

7.2 Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

CMVMC	2023				2022			
	Mercadorias	Matérias Primas	Matérias Subsidiárias	Total	Mercadorias	Matérias Primas	Matérias Subsidiárias	Total
Saldo inicial	4.570,90 €	771,28 €	- €	5.342,18 €	1.771,06 €	1.446,65 €	- €	3.217,71 €
Regularizações	- 142,00 €	- 62,30 €	-	- 204,30 €	- 10,79 €	- 138,58 €	- €	- 149,37 €
Compras	5.930,31 €	7.215,59 €	790,44 €	13.936,34 €	4.470,78 €	7.143,52 €	2.297,03 €	13.911,33 €
Saldo final	5.753,59 €	683,11 €	- €	6.436,70 €	4.570,90 €	771,28 €	- €	5.342,18 €
CMVMC	4.605,62 €	7.241,46 €	790,44 €	12.637,52 €	1.660,15 €	7.680,31 €	2.297,03 €	11.637,49 €

8 - Réditos

8.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

A Empresa reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- Prestação de Serviços** - são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com um grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados;
- Juros** - são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo;

8.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

Réditos	2023	2022
Vendas de Mercadorias	7 647,70 €	2 524,48 €
Museu do Moinho	767,08 €	842,94 €
Posto de Turismo	641,94 €	379,33 €
Mosteiro de Lorvão	4 312,65 €	173,00 €
Posto de Turismo EN2	1 926,03 €	1 129,21 €
Prestações de serviços	170 707,98 €	156 118,30 €
Rendas	103 131,02 €	98 955,78 €
Rendas Parq. Industrial Espinheira:	62 680,00 €	59 322,50 €
- Pavilhões	52 300,00 €	51 450,00 €
- Bloco Administrativo	8 580,00 €	7 122,50 €
- Cozinha de Formação	1 800,00 €	750,00 €
Rendas Lojas Parq. Estacionamento	14 400,00 €	14 400,00 €
Outras Rendas:	26 051,02 €	25 233,28 €
- Bar Reconquinho	5 200,00 €	5 200,00 €
- Bar 21	5 323,32 €	5 323,32 €
- Parque de Campismo	1 907,70 €	2 499,96 €
- Café Turismo	6 960,00 €	6 960,00 €
- Restaurante Piscinas	1 800,00 €	3 600,00 €
- Restaurante Panorâmico	4 860,00 €	1 650,00 €
Outros Serviços	67 576,96 €	57 162,52 €
Cantina - Parque Industrial Espinheira	16 261,68 €	16 148,79 €
Parcómetros	5 501,63 €	3 022,55 €
Parque de Estacionamento:	13 761,81 €	13 928,76 €
- Avenças	9 963,33 €	9 256,01 €
- Estacionamentos	3 798,48 €	4 672,75 €
Entradas no Museu do Moinho	1 891,18 €	2 576,52 €
Entradas no Mosteiro de Lorvão	13 248,26 €	8 109,36 €
Estadias P. Campismo	642,78 €	857,04 €
Espaços Verdes_Serv. Prestados	3 162,10 €	5 629,35 €
Outros Serviços	13 107,52 €	6 890,15 €
Total	178 355,68 €	158 642,78 €

9 - Contabilização dos subsídios do Estado e Outros Entes Públicos e divulgação de apoios do Estado

9.1 Políticas contabilísticas adotadas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “*Subsídios à exploração*” da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento.

Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	2023	2022
Subsídios à exploração		
MUNICÍPIO DE PENACOVA:	185.572,55 €	143.699,00 €
Contratos Programa:	185.572,55 €	143.699,00 €
Infraestruturas Turísticas (M. M. /P. T. /P. T. EN2)	21.669,41 €	37.902,62 €
Mosteiro de Lorvão	17.261,18 €	22.385,07 €
Gestão de Espaços Verdes e Lazer	101.317,19 €	83.411,31 €
Transportes Escolares	45.324,77 €	- €
Total Ativo	185.572,55 €	143.699,00 €

10 - Acontecimentos após a data do balanço

10.1 Autorização para a emissão

As demonstrações financeiras do exercício de 2023 foram aprovadas pela Administração no dia 29 de março de 2024.

10.2 Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram efetuados os ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

11 - Instrumentos financeiros

11.1 Bases de mensuração

É política da Empresa reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa mensura ao custo, menos perdas por imparidades acumuladas, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, quer os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado de operações de financiamento (como, por exemplo, a Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de riscos de crédito). Os contratos para conceder ou contrair empréstimos em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como os contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na

entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo, menos perdas por imparidade acumuladas.

Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor, com contrapartida em resultados. Nestes casos, a Empresa não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro.

Enquanto a empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

11.2 Deliberação dos resultados do ano de 2022

A deliberação da aprovação de contas de 2022 ocorreu a 3 de abril de 2023, tendo esta entidade apresentado um Resultado Líquido Positivo de 9.661,70€, do qual transitou para Resultados Transitados o montante de 6.345,44€, para Reservas Legais 966,17€ e para Outras Reservas 2.350,09€

11.3 Montante de capital social

A 31 de dezembro de 2023, a entidade detinha um capital próprio de acordo com o mapa abaixo.

Capital Próprio	2023	2022
Capital realizado	50.000,00 €	50.000,00 €
Reservas Legais	11.249,11 €	10.282,94 €
Outras Reservas	80.726,12 €	78.376,03 €
Resultados Transitados	0,00 €	-6.345,44 €
Resultado Líquido do Período	360,65 €	9.661,70 €
Total	142.335,88 €	141.975,23 €

12 - Outras informações

12.1 Estado e outros entes públicos

O detalhe da rubrica de “Estado e outros entes públicos” em 31 de dezembro de 2023 é o seguinte:

EOEP	2023	2022
IRC_Imposto a recuperar	2.121,10 €	923,71 €
Pagamentos por conta	2.313,00 €	3.768,00 €
Imposto estimado	191,90 €	2.844,29 €
Outros Impostos	83,72 €	- €
Total Ativo	2.204,82 €	923,71 €

EOEP	2023	2022
Imposto s/ o rendimento das pessoas singulares	327,00 €	406,60 €
Imposto sobre o valor acrescentado	2.609,55 €	254,29 €
Contribuições para a segurança social	4.404,95 €	4.754,37 €
Outros Impostos		91,42 €
Total Passivo	7.341,50 €	5.506,68 €

12.2 Clientes, outras contas a receber e diferimentos

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados como “Imparidades de dívidas a receber”.

Clientes_Perdas p/Imparidades	2023
Saldo a 1 de Janeiro	45.496,26
Aumento	0,00
Reversão	-4.400,00
Regularizações	0,00
	41.096,26

Perdas de imparidade	2023	2022
Perdas por imparidade	- €	- €
Reversões	4.400,00 €	6.400,00 €
Total	4.400,00 €	6.400,00 €

12.2.1 Quantia de clientes registada em “clientes conta corrente”, “clientes cobrança duvidosa” e “clientes perdas por imparidade”

Clientes	2023	2022
Clientes		
Clientes conta corrente	33.022,89	21.771,52
Clientes de cobrança duvidosa	41.096,26	45.496,26
Saldo inicial	45.496,26	51.896,26
Reversões	4.400,00	6.400,00
Perdas por imparidade acumuladas	41.096,26	45.496,26
Saldo inicial	45.496,26	51.896,26
Reversões	4.400,00	6.400,00
Total	33.022,89	21.771,52

12.2.2 Registo de outras contas a receber e diferimentos

Outras contas a receber e Diferimentos	2023	2022
Cientes	33.022,89 €	21.771,52 €
Outras contas a receber	1.294,36 €	1,60 €
Diferimentos	3.548,23 €	3.487,15 €
Total	37.865,48 €	25.260,27 €

12.3 Fornecedores, Financiamentos, Adiantamento de clientes e outras contas a pagar

Fornecedores e Financiamentos	2023	2022
Fornecedores	5.464,97 €	4.774,97 €
Total	5.464,97 €	4.774,97 €

Outras contas a pagar e Diferimentos	2023	2022
Outras contas a pagar:	35.039,88 €	34.829,77 €
Credores por acréscimos de gastos	28.979,88 €	31.269,87 €
Outros (Cauções de clientes)	6.060,00 €	2.710,00 €
SNS	- €	849,90 €
Diferimentos	8.587,73 €	8.577,40 €
Total	43.627,61 €	43.407,17 €

12.4 Juros suportados

Gastos e Perdas de Financiamento	2023	2022
Total	0,00 €	0,00 €

12.5 Outros rendimentos e ganhos

Outros rendimentos e ganhos	2023	2022
Rendimentos e Ganhos em inventários	2.297,55 €	0,00 €
Outros rendimentos e ganhos(FC)	35,24 €	0,00 €
Outros	13,57 €	1.907,63 €
Correcções relativas a períodos anteriores	0,00 €	1.847,63 €
Outros Rend. Extraordinários	13,57 €	60,00 €
Total	2.346,36 €	1.907,63 €

Nota: Na rubrica “Rendimentos e Ganhos em inventários”, o valor é relativo a mercadoria oferecida pelo Município de Penacova.

12.6 Fornecimento e Serviços Externos

FSE	2023	2022
Serviços especializados:	65.742,34 €	16.894,89 €
Trabalhos Especializados	52.356,87 €	11.436,74 €
Honorários	2.112,49 €	- €
Conservação e Reparação	10.428,09 €	4.760,05 €
Serviços Bancários	844,89 €	698,10 €
Materiais:	3.366,59 €	4.252,60 €
Ferramentas e Utensílios	2.210,15 €	4.003,30 €
Material de escritório	1.156,44 €	249,30 €
Energia e fluídos:	6.733,34 €	5.730,19 €
Eletricidade	2.861,88 €	3.909,90 €
Combustíveis	1.980,07 €	376,68 €
Água	902,86 €	635,18 €
Outros	988,53 €	808,43 €
Serviços diversos:	8.134,27 €	5.624,10 €
Comunicações	2.456,32 €	1.840,15 €
Seguros	1.542,79 €	1.456,36 €
Contencioso e Notariado	430,00 €	215,08 €
Limpeza. Higiene e conforto	3.705,16 €	2.112,51 €
Total	83.976,54 €	32.501,78 €

12.7 Outros gastos e perdas

Outros gastos e perdas	2023	2022
Impostos	166,55 €	167,08 €
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,01 €	0,00 €
Perdas em Inventarios	48,00 €	13,27 €
Gastos e Perdas em Inv. não Finac.	850,00 €	499,09 €
Outros:	181,31 €	3.598,56 €
Correcções relativas a períodos anteriores	36,23 €	0,00 €
Ofertas de Inventarios	94,00 €	0,00 €
Insuf. Estim. Imposto	45,49 €	1,28 €
Outros	4,25 €	0,00 €
Juros de mora	1,34 €	3,34 €
Apoio concedido	0,00 €	364,82 €
Indemnizações contratuais	0,00 €	3.229,12 €
Total	1.245,87 €	4.278,00 €

12.8 Gastos com Pessoal

Gastos com pessoal	2023	2022
Remunerações do pessoal:	208.235,84	192.074,69
Vencimento, Sub. Ferias, Sub. Natal	185.928,74	175.008,52
Sub. alimentação	20.808,46	15.997,85
Horas Extra	1.471,15	979,69
Fundos de compensação	27,49	88,63
Encargos sobre remunerações:	45.158,31	41.964,65
Pessoal	45.158,31	41.964,65
Seguros de Acidentes de Trabalho:	2.236,95	2.156,23
Pessoal	2.236,95	2.156,23
Outros gastos com pessoal	5.063,09	4.558,49
Total	260.694,19 €	240.754,06 €



Espinheira, 29 de março de 2024

A Administração

O Contabilista Certificado



Relatório de Boas Práticas de Governo Societário - 2023

A. Objetivos e Missão

A PENAPARQUE2 E.M. tem como missão a gestão e promoção de equipamentos municipais, tal como está na sua designação oficial. O principal objetivo é promover Penacova através das suas áreas de atuação, quer seja através de captação de empresas para os seus espaços de acolhimento, quer seja através da promoção de diversos equipamentos em tão diversas áreas que vão da hotelaria até ao estacionamento.

B. Estrutura Acionista

A PENAPARQUE2 E.M., enquanto Entidade que pertence ao Setor Público Empresarial Local, tem um Capital Social de 50.000,00 €, integralmente subscrito pelo Município de Penacova.

C. Participações Sociais

A PENAPARQUE2 E.M. não detém nem participações sociais nem obrigações de outras entidades.

D. Prestação de Garantias Financeiras

Não existem.

E. Plano de Atividades e Orçamento

O Plano de Atividades e Orçamento é apresentado anualmente pelo Órgão de Gestão, o Conselho de Administração, ao órgão executivo da Câmara Municipal de Penacova, que delibera a sua aprovação ou não.

F. Documentos Anuais de Prestação de Contas

Os documentos anuais de prestação de contas incluem o Relatório de Gestão, os Anexos das Demonstrações Financeiras, Demonstração de Resultados e Balanço, o parecer do Revisor Oficial de Contas e a Ata de Aprovação de Contas. Todos estes documentos são preparados pelo Conselho de Administração e aprovados ou não pelo Executivo da Câmara Municipal de Penacova.

G. Órgãos Sociais

De acordo com o artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto de 2012, os órgãos da PENAPARQUE2 E.M. são os seguintes:

- O Conselho de Administração;
- O Fiscal Único;

- A Assembleia Geral.

1. Conselho de Administração

A PENAPARQUE2 E.M. tem como órgão de administração um conselho de administração, com um elemento remunerado (número 3, art.º 25.º do Decreto-Lei 50/2012, de 31 de Agosto de 2012), a quem cabe garantir o cumprimento dos objetivos base, delinear a estratégia adequada à empresa, bem como exercer a totalidade dos poderes de gestão da entidade, sendo assim o único órgão com funções de gestão no seu seio.

Em 2023 estiveram em funções os membros do Conselho de Administração eleitos na Assembleia Geral realizada em 08 de novembro de 2021.

A composição do conselho de administração é a seguinte:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		N.º Mandatos Exercidos na Entidade
			Ata Tomada Posse	Data	
04-11-2021 a 2025	Presidente	Álvaro Gil Ferreira Martins Coimbra	3 da AG	08/11/2021	1
04-11-2021 a 2025	Membro	Magda Alexandra Maia Rodrigues	3 da AG	08/11/2021	1
04-11-2021 a 2025	Membro	Tiago José Barbosa Antunes	3 da AG	08/11/2021	1

Os elementos curriculares dos membros do Conselho de Administração, são os descritos de seguida:

Álvaro Gil Ferreira Martins Coimbra

Breve registo académico, profissional e cívico :

É Presidente da Câmara Municipal de Penacova desde outubro de 2021

Licenciado em Jornalismo pela Escola Superior de Jornalismo do Porto.

Foi Profissional de Comunicação desde 1989.

Passou pela Rádio Press e TSF e em 1995 ingressou na RDP Coimbra.

Exerceu funções de chefe de redação da delegação da rádio pública.

Fundou e foi diretor do “Jornal de Penacova” entre 1996 e 2007.

A partir de 2013 centrou a atividade na informação da RTP. Em Lisboa, foi coordenador de informação e pivô nos canais internacionais.

Venceu vários prémios de jornalismo, entre eles, do ACIDI – Alto Comissariado da Imigração e Diálogo Intercultural e o prémio de jornalismo do Comité Paralímpico de Portugal, com uma reportagem sobre o atleta penacovense, António Marques.

Em 2016, foi co-autor do livro “Contos Vividos”, obra dedicada ao pintor Martins da Costa.

De 2018 a 2021 foi Presidente da Direção da Casa do Povo de Penacova.

Magda Alexandra Maia Rodrigues

Breve registo académico, profissional e cívico :

É Vice-Presidente da Câmara Municipal de Penacova desde outubro de 2021.

Mestre em Ciências Jurídico-Forenses.

Pós-graduação em Direito das Empresas .

Pós-graduação em Administração e Políticas Públicas.

Foi Advogada até à tomada de posse como Vece Presidente da Câmara Municipal de Penacova.

Assistente convidada no Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro .

Foi até outubro de 2021 Advogada Associada na Sociedade de Advogados Ferreira Ramos, Filomena Girão & Associados, RL, com sede em Coimbra.

Assistente convidada no Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Coimbra (ISCAC), no Mestrado de Auditoria Empresarial e Pública.

Voluntária desde Novembro na Associação PROBONO – Portugal.

2014- 2017 - Membro da Assembleia Municipal de Penacova.

2017-2021 - Vereadora, sem pelouro atribuído, da Câmara Municipal de Penacova.

Vice-Presidente do Conselho Fiscal e cooperante da Cooperativa de Solidariedade Social Deliciosas Diferenças, CRL., com sede em Soure.

2018- Comissária da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Penacova.

2020 - Presidente do Conselho Fiscal da Confraria da Lampreia de Penacova.

2019-2021 -Presidente da Assembleia Geral do Centro Cultural Recreativo e Desportivo do Roxo, Concelho de Penacova.

Tiago José Barbosa Antunes

Breve registo académico, profissional e cívico :'

Sócio gerente da sociedade Trilhos Energéticos, Lda.

Licenciado em Engenharia do Ambiente pela Escola Superior de Tecnologia de Viseu.

Mestre em Engenharia do Ambiente – Especialização em Tecnologia e Gestão do Ambiente, pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Foi técnico de gestão do ambiente em várias empresas.

Foi Presidente da Direção do Grupo Desportivo de Telhado.

2.Fiscal Único

O órgão de fiscalização da PENAPARQUE 2 E.M. é o Fiscal Único nos termos dos números 2 e 5 do Artigo 25.º do Decreto-Lei 50/2012 de 31 de Agosto de 2012. Foi deliberado na Assembleia Municipal do Município de Penacova (Órgão Deliberativo da PENAPARQUE2 E.M.) do dia 28 de Dezembro de 2013 que o Fiscal Único da empresa fosse a sociedade Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

2.1.Revisor Oficial de Contas

As funções de Revisor Oficial de Contas, nos termos dos Estatutos da PENAPARQUE2 E.M., são desempenhadas pelo Fiscal Único.

3.Assembleia Geral

A Assembleia Geral foi constituída em 08 de novembro de 2021, nomeada pelo Executivo do Município de Penacova a 4 de novembro de 2021, e tem como elemento único:

- **Carlos Manuel Santos Sousa** como elemento representante do Município de Penacova.

4.Remunerações

I.Competência para a Determinação

As remunerações dos órgãos sociais são fixadas pela Assembleia Geral, de acordo com o Artigo 26.º do Decreto-Lei 50/2012 de 31 de Agosto de 2012.

Nenhum dos membros do Conselho de Administração é remunerado.

Cargo	Nome	Vencimento	Subs. Alimentação	Ajudas - Deslocações em Viatura Própria	Senhas de Presença
Presidente	Álvaro Gil Ferreira Martins Coimbra	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Membro	Magda Alexandra Maia Rodrigues	0,00€	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Membro	Tiago José Barbosa Antunes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

II. Estrutura das Remunerações

Nos termos do número 2 do Artigo 30.º do Decreto-Lei 50/2012 de 31 de Agosto de 2012, o valor das remunerações dos membros dos órgãos de gestão ou de administração das empresas locais é limitado ao valor da remuneração de vereador a tempo inteiro da Câmara Municipal respetiva. No caso da PENAPARQUE2 E.M., não foi deliberada qualquer remuneração para a administração, sendo que nenhum dos membros do Conselho de Administração exerce funções remuneradas.

III. Divulgação das Remunerações

Os órgãos da administração não auferem qualquer remuneração.

O montante anual de remuneração auferida pelo Fiscal Único é de 1.400,00 euros acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

H. Transparência

A PENAPARQUE2 E.M. efetua uma prestação contínua de informações sobre o seu desempenho ao seu acionista ao longo do ano, quer seja através de comunicações diretamente ao Executivo Municipal, quer seja através do seu Presidente do Conselho de Administração que é simultaneamente Presidente da Câmara Municipal de Penacova.

Como a PENAPARQUE2 E.M. não se encontra classificada nos grupos A e B nos termos das Resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 16/2012 de 14 de Fevereiro, e 18/2012 de 16 de Fevereiro, não está obrigada a submeter a informação financeira anual a uma auditoria externa.

I. Corrupção, Ética e Conduta

Não existem ocorrências nem riscos de ocorrências de factos mencionados na alínea a) do n.º1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de Setembro.

O Conselho de Administração atua perante uma forte conduta de ética, e trata com equidade todos os seus fornecedores, clientes e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa.

J. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

Não aplicável.

K. Responsabilidade Social

A PENAPARQUE2 E.M. tem adotado diversas medidas de contenção de despesa ao nível da eletricidade, o que contribui indiretamente para a diminuição das emissões de dióxido de carbono (tendo em conta a estrutura média de produção em Portugal por fontes de energia). A empresa tem instalados painéis solares fotovoltaicos, para produção de energia elétrica, em regime de autoconsumo, nas suas instalações na Espinheira, e com isso não só tem diminuído a fatura mensal de eletricidade, como tem contribuído diretamente para a redução de emissões de CO2 através da produção de eletricidade por uma fonte limpa e renovável.

L. Recursos Humanos e Promoção de Igualdade

A motivação dos Recursos Humanos é uma atividade diária na gestão da PENAPARQUE2 E.M., existindo uma plena consciência por parte do Conselho de Administração que o seu maior ativo são os seus colaboradores, tratando-os com respeito e integridade. Tendo em conta a sua estrutura de recursos humanos, e as interações diárias, não existem quaisquer tipos de discriminação ou de desigualdade de oportunidade entre géneros. A empresa tem vindo a elaborar o seu Plano para a Igualdade, e deu o conhecimento do mesmo à Comissão de Igualdade de Género, conforme orientações da portaria. O Plano para a Igualdade está publicado no website do Município de Penacova, no separador da PENAPARQUE2 E.M.

M. Independência e Participações Patrimoniais



Os membros do Conselho de Administração não possuem qualquer tipo de relações com os fornecedores e clientes da PENAPARQUE2 E.M. ou com as Instituições Financeiras com que a empresa trabalha, que possam ser suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

N. Divulgação de Informação

A PENAPARQUE2 E.M. procede à divulgação de toda a informação atualizada, no seu próprio site <https://www.penaparque.pt/>